

UNIVERSIDADE FEEVALE

DIZIANE REIS DA SILVA

A CONSTRUÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA: AS “TRILHAS” QUE LIGAM O PODER PÚBLICO E A COMUNIDADE DE JAQUIRANA EM RELAÇÃO AO PARQUE ESTADUAL DO TAINHAS

Novo Hamburgo

2010

DIZIANE REIS DA SILVA

A CONSTRUÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA: AS “TRILHAS” QUE LIGAM O PODER PÚBLICO E A COMUNIDADE DE JAQUIRANA EM RELAÇÃO AO PARQUE ESTADUAL DO TAINHAS

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia: Habilitação Orientação Educacional, Pedagogia Empresarial e Docência nas Disciplinas de Formação Pedagógica pela Universidade Feevale.

Orientadora: Prof. Dra. Magali Mendes de Menezes

Novo Hamburgo

2010

DIZIANE REIS DA SILVA

Trabalho de conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia: Habilitação Orientação Educacional, Pedagogia Empresarial e Docência nas Disciplinas de Formação Pedagógica, com título A construção de uma consciência ecológica: as “trilhas” que ligam o poder público e a comunidade de Jaquirana em relação ao Parque Estadual do Tainhas, submetido ao corpo docente da Universidade Feevale, como requisito necessário para obtenção do Grau de Licenciada.

Aprovado por:

---

Orientadora: Prof. Dra. Magali Mendes de Menezes

---

Prof. Dra Dinora Tereza Zucchetti (Banca Examinadora)

---

Prof. Ms.Paulo Renato Thiele (Banca Examinadora)

Novo Hamburgo, 28 de junho de 2010.

Uma mulher guerreira, determinada, amiga, apaziguadora, que sempre esteve disposta a me escutar e aconselhar. Mulher que dedicou sua vida à criação e educação de seus filhos.

Dela lembro também do constante incentivo à educação, dizendo ser esta a única herança que teria para deixar a seus filhos.

À memória de minha amada mãe, **Maria Milter**, com eterna saudade, dedico este trabalho.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao mestre dos mestres, que coloca em nossas vidas obstáculos que, por vezes, julgamos intransponíveis, mas, ao superá-los, temos a satisfação de identificar o tamanho da força que Dele recebemos. Deus!

Aos profissionais que participaram desta pesquisa, por me receberem com tanta gentileza, socializando informações fundamentais para as análises deste trabalho.

À minha querida amiga e orientadora *Magali*, por compartilhar suas experiências e conhecimentos. Pela paciência durante este processo, em alguns momentos fazendo papel de “psicóloga”, me aconselhando e incentivando. Seu comprometimento a fez ir além do que normalmente se vê de um professor, desconstruindo paradigmas ainda existentes quanto a hierarquias. Serei eternamente grata por tudo.

À amiga *Marília*, pela rica contribuição na minha formação e por me mostrar as riquezas do campo ambiental. Durante uma janta e outra, socializava seu conhecimento, que me contaminou e “influenciou” na escolha da temática deste trabalho.

Ao grupo de docentes da pesquisa “*Educação, Trabalho e Solidariedade*” bem como da *Incubadora de Economia Solidária* desta universidade, por me oportunizarem a aproximação com o universo da pesquisa e da extensão, contribuindo e enriquecendo a minha formação.

Ao sorriso e carinho da minha linda afilhada *Maria Eduarda* (Duda).

Aos meus afilhados *Pedro* e *Miguel*, que proporcionaram momentos de descontração durante este processo, por meio da surpreendente fase que estão passando, os primeiros passos, o balbuciar das primeiras palavras.

Aos meus irmãos *Morani* e *Éverton*, pela escuta nos meus constantes momentos de ansiedade neste processo.

Ao meu *pai*, *Juré*, por me mostrar e ensinar o verdadeiro caminho e sentido da vida, a honestidade, a simplicidade, o respeito. E, por trabalhar arduamente, debaixo de sol, chuva e frio para nós, seus filhos.

À minha mãe *Maria Milter*, por me incentivar e apoiar na constante busca do conhecimento. Mesmo não estando fisicamente presente, sinto e sei que, de alguma forma, está comemorando comigo esta conquista.

À memória de meus avós maternos, *Miguel e Nilda*, é que estendo meus agradecimentos aos demais familiares que, assim como eu, seguem seus princípios. Antes mesmo da discussão sobre sustentabilidade e crise ambiental, meus avós já demonstravam essa preocupação. Com o conhecimento adquirido por meio do convívio e do respeito com a natureza, eles preservaram as belezas naturais da região de Jaquirana em seu pequeno sítio, oportunizando, assim, a seus descendentes, dias maravilhosos de liberdade e convívio com a natureza viva que lá ainda se encontra.

À *Monica*, companheira de todos os momentos, e aos *demais amigos*, pela ausência neste período, quando todas minhas energias foram dedicadas a este trabalho.

Às amigas *Angela e Shelen* e aos demais colegas da turma de Pedagogia Fisem, pelas experiências e pelos conhecimentos socializados nesta trajetória acadêmica. Jamais esquecerei nossos sábados na Feevale. Obrigada!

A mente que se abre a uma nova ideia  
jamais voltará a seu tamanho original.

Albert Einstein

## RESUMO

Este trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia tem como foco de estudo o diálogo entre o poder público e a comunidade de Jaquirana e como fio condutor desse diálogo a importância do Parque Estadual do Tainhas. A partir de minha estreita relação com esse município, percebi que, entre os moradores dessa cidade, circulavam “boatos” sobre a possibilidade de o município transformar-se em uma área de reserva ambiental. Esse fato tem mobilizado as pessoas da comunidade, que se sentem ameaçadas com essa “notícia”, pois entendem que, com isso, perderão suas terras. Motivada pelo fato de constatar que a falta de informação da população sobre a importância de ter uma reserva ambiental no município pode estar associada à inexistência de ações de Educação Ambiental por parte do poder público, é que este estudo objetiva responder a seguinte questão: de que forma a educação ambiental pode contribuir para que a população jaquiranense reconheça a riqueza natural do lugar onde vive? Para tanto, foram entrevistados os Secretários da Educação e do Meio Ambiente do município de Jaquirana, bem como o gestor do Parque Estadual do Tainhas, objetivando, por meio do levantamento das ações de educação ambiental realizadas pelo poder público, identificar o que esses sujeitos entendem por educação ambiental. No decorrer do processo de pesquisa, outras questões foram se destacando, tais como, a comunicação entre as diferentes esferas do poder público e sua relação com as leis (PCNs, Plano de Manejo do Parque Estadual do Tainhas, etc.). Como fundamentação teórica, optei pelo estudo de Isabel Carvalho, mais especificamente, por sua obra intitulada *Educação Ambiental: a formação do Sujeito Ecológico*, e por Moacir Gadotti, com sua teoria da Ecopedagogia, aprofundando, em especial, sua obra *Pedagogia da Terra*. A metodologia escolhida para o desenvolvimento da pesquisa foi a qualitativa, e os principais instrumentos de coleta de dados foram entrevistas e análise de documentos. No que se refere à análise dos dados coletados, optei pela análise de conteúdo, visto que, se mostra um método flexível, podendo ser re/organizado a qualquer momento durante as análises. Com esta pesquisa, foi possível compreender que, para essa comunidade, a questão dialógica tem se mostrado um grande problema, visto que interfere inclusive na transversalidade da problemática ambiental nos diferentes espaços educativos no qual deveria estar inserida.

**Palavras-chaves:** Educação Ambiental. Ecopedagogia. Plano de Manejo do Parque Estadual do Tainhas, Jaquirana/RS. Sujeito Ecológico.



## ABSTRACT

This Bachelor's Degree in Education paper focuses on the dialogue between the government and the community of Jaquirana and as its object brings the importance of the dialogue about Tainhas State Park. From my close relationship with this city, I noticed that among the residents of this city, there were some "rumors" about the possibility of transforming the city into an area of nature reserve. This has mobilized people in the community who feel threatened by this possibility, because they fear losing their pieces of land. The lack of information of the population about the importance of having a nature reserve in the town may be associated with the insufficient environmental education by the government, so this study aims to answer the following question: how does environmental education can contribute to the population of Jaquirana to recognize the natural wealth of the place they live in? For this reason, the Secretaries of Education and the Environment of the town of Jaquirana and the janitor of the Tainhas State Park, aiming, through the survey of environmental education activities performed by government agencies, to identify what these agents understand as environmental education. During the search process, other questions have been highlighted, such as communication between the different spheres of government and its relationship to law (PCNs, Management Plan of the Tainhas State Park, etc.). As theoretical basis, I opted for the study of Isabel Carvalho, more specifically, for her work entitled *Environmental Education: the formation of the ecological subject*, and Moacir Gadotti with his theory of Ecopedagogy and particularly his work *Pedagogy of the Land*. The methodology chosen for the development of the research was qualitative, and the main instruments of data collection were interviews and document analysis. Regarding to data analysis, I opted for content analysis, since it shows a flexible method and it could be re/arranged at any time during analysis. With this research, it was possible to understand that for this community, the dialogical issue has been a big problem, because it interferes in the mainstream of environmental problems in different educational spaces in which most should be inserted.

Keywords: Environmental Education. Ecopedagogy. Management Plan of the Tainhas State Park, Jaquirana / RS. Ecological Subject.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Jaquirana/RS.....	15
Figura 2 – Jaquirana/RS.....	26
Figura 3 – Jaquirana/RS.....	42
Figura 4 – Jaquirana/RS.....	47

## SUMÁRIO

<b>OS PRIMEIROS PASSOS DE UMA LONGA CAMINHADA .....</b>	<b>12</b>
<b>1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: OUTRO MODO PARA PENSAR A EDUCAÇÃO .....</b>	<b>15</b>
1.1 HISTÓRICO DE VIDA: MOTIVADOR DESTA INVESTIGAÇÃO.....	16
1.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A (RE) SIGNIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO: A CONTRIBUIÇÃO DE ALGUNS TEÓRICOS .....	18
1.2.1 O sujeito ecológico de Isabel Carvalho .....	21
1.2.2 A ecopedagogia de Moacir Gadotti .....	23
<b>2 CONTEXTO ATUAL: IMPLICAÇÕES E POSSIBILIDADE DE PROPOSTAS ALTERNATIVAS.....</b>	<b>26</b>
2.1 ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA COMO CONTRAPONTO AO CAPITALISMO.....	29
2.1.1 A economia popular solidária: relato de uma experiência.....	31
2.1.2 O desafio de um desenvolvimento sustentável .....	34
2.2 OS TEMAS TRANSVERSAIS SÃO FUNDAMENTAIS PARA A EDUCAÇÃO? .....	36
<b>3 PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DO TAINHAS .....</b>	<b>42</b>
3.1 EM QUE CONTEXTO SURGE .....	43
3.2 PROPOSTA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PRESENTE NO DOCUMENTO..	44
<b>4 O QUE ENCONTRAMOS NAS TRILHAS PERCORRIDAS .....</b>	<b>47</b>
4.1 METODOLOGIA: PENSAR O CAMINHAR E SUAS TRILHAS.....	48
4.2 A FALA ENTRE AS ESFERAS DO PODER PÚBLICO: DIÁLOGOS POSSÍVEIS?.....	49
4.3 A VISÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL .....	52
4.4 OLHAR SOBRE AS LEIS.....	56
<b>APÓS PERCORRER DIVERSAS TRILHAS: EIS O CAMINHO ALCANÇADO .....</b>	<b>58</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>61</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>63</b>

## OS PRIMEIROS PASSOS DE UMA LONGA CAMINHADA

A presente pesquisa nasceu das inquietações em relação às questões ambientais no município de Jaquirana e da constatação da existência de um projeto, nomeado “Plano de Manejo do Parque Estadual do Tainhas”, que visa, entre outros objetivos, ações de educação ambiental.

O município de Jaquirana localiza-se nos campos de cima da Serra, no nordeste gaúcho, entre os municípios de Cambará do Sul e Bom Jesus, a duzentos e doze quilômetros da capital gaúcha – Porto Alegre e, possui o maior percentual de área de preservação do Parque Estadual do Tainhas (69,8%), como pode ser visualizado no anexo A deste trabalho.

Segundo fontes consultadas<sup>1</sup>, a história do município de Jaquirana teve início na época do desbravamento e da colonização da serra gaúcha, com a penetração dos colonizadores italianos e alemães em busca do "ouro branco", a madeira. Nos mais atualizados dados encontrados, segundo o IBGE<sup>2</sup>, no ano de dois mil e sete, a população estimada do município era de quatro mil quatrocentos e quatro habitantes.

A partir da minha estreita relação com esse município, percebi que, entre os moradores dessa cidade, circulavam “boatos” sobre a possibilidade de o município transformar-se em uma área de reserva ambiental, pois existe um plano de manejo do Parque Estadual do Tainhas, do qual uma grande área de preservação localiza-se em Jaquirana. Esse fato tem mobilizado as pessoas dessa comunidade, que se sentem ameaçadas frente a essa “notícia”, pois entendem que com isso perderão suas terras, bem como a autonomia de nelas continuarem a exercer suas atividades pecuaristas<sup>3</sup> até então desenvolvidas.

Motivada pelo fato de constatar que a falta de informação da população sobre a importância de uma Reserva Ambiental no município pode estar associada à inexistência de ações de Educação Ambiental organizadas pela administração do Parque Estadual do Tainhas (embora estejam presentes no Plano de manejo), trago como problemática central desta pesquisa, a identificação das ações já desenvolvi-

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://www.raizesdosul.com.br/>>

<sup>2</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

<sup>3</sup> Criação de gado de leite, plantio de pinos Ilhote, pomar de frutas, entre outros.

das ou em desenvolvimento na área de educação ambiental nesse município. Para tanto, busquei identificar as possíveis ações de educação ambiental já realizadas ou em andamento no município de Jaquirana, por organismos governamentais, objetivando refletir se essas ações contemplam os objetivos presentes no atual plano de manejo do Parque Estadual do Tainhas ou se trazem avanços ao próprio documento.

Inicialmente, busquei compreender as diferentes discussões sobre a educação ambiental, apreendendo conceitos que foram fundamentais para as análises. Muitas foram as teorias encontradas durante este estado da arte, porém, houve uma identificação com o estudo de Isabel Cristina de Moura Carvalho, apresentado, principalmente, em seu livro intitulado “Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico”, bem como com Moacir Gadotti, em sua obra “Pedagogia da Terra”, em que aborda, com muito propriedade, diversas teorias, destacando seu estudo sobre a ecopedagogia, que trago como um conceito norteador de minhas análises. As duas obras citadas nortearam e embasaram este estudo no que se refere à fundamentação teórica bem como à análise dos dados.

Para a realização desta pesquisa, optei pelo método qualitativo, utilizando como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada. Para tanto, foram entrevistados os Secretários da Educação, do Meio Ambiente e do Turismo do município de Jaquirana e o gestor do Parque Estadual do Tainhas. Após a transcrição das entrevistas, parti para a análise dos dados, para que utilizei o método da análise dos conteúdos que descrevo no capítulo 4, intitulado “Metodologia: pensar o caminhar e suas trilhas”.

No capítulo 3, intitulado “Plano de Manejo do Parque Estadual do Tainhas”, realizei uma análise do plano de manejo do Parque Estadual do Tainhas, mais especificamente, o campo destinado à educação ambiental, buscando também compreender como se deu sua construção.

Esta pesquisa justifica-se pelo fato de possibilitar o conhecimento do que já vem sendo feito em relação à educação ambiental e de que forma podemos avançar em relação a esse trabalho. Isso possibilitará uma (auto) reflexão dos moradores da pequenina cidade de Jaquirana sobre a importância e o privilégio de contar com uma reserva ambiental na região. Acredita-se que este trabalho trará resultados importantes a curto e longo prazo, pois os dados desta pesquisa oportunizarão compreender melhor as ações de educação ambiental desenvolvidas no município de Jaquirana.

Essa compreensão será fundamental para contribuir no desenvolvimento de um projeto de educação ambiental, ajudando na efetivação dos objetivos presentes no Plano de Manejo, instigando os habitantes do município a refletirem sobre suas práticas e sobre os impactos negativos que causam ao meio ambiente. Desse modo, esta pesquisa contribuirá com a construção de uma consciência crítica, fazendo com que os moradores da pequena Jaquirana deem-se conta da importância de caminhar ao encontro de uma nova cultura, que leve em consideração a preservação do meio ambiente.

Percebo também que, durante todo o curso de Pedagogia – Habilitação Orientação Educacional e Pedagogia Empresarial - poucas foram as disciplinas que abordaram a temática da educação ambiental. E, por acreditar que a educação ultrapassa os muros da escola, este trabalho contribuiu muito para a minha formação, visto que, por meio dele, tive a oportunidade de pesquisar uma área ainda pouco explorada nos cursos de educação e que tem se mostrado muito promissora, pela visível emergência de ações de cunho pedagógico.

## 1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: OUTRO MODO PARA PENSAR A EDUCAÇÃO



Figura 1 – Jaquirana/RS  
Fonte: a autora

Esta pesquisa assume o desafio de compreender dois grandes campos teóricos e de que forma eles dialogam: o campo ambiental e o educacional. Ao debruçar-me sobre os teóricos que pesquisam tanto a área ambiental como a educacional, deparei-me com uma diversidade de análises e teorias. Por onde começar? A realização de um estado da arte sobre esses temas possibilitou-me iniciar o trabalho e, ao mesmo tempo, colocou-me diante da tarefa difícil de fazer opções teóricas. Outras perguntas foram surgindo, como, quais teorias fundamentariam minhas reflexões e me ajudariam a problematizar e aprofundar as questões que me propunha a pensar? Que questões seriam essas? Para tanto, foi necessário, primeiramente, compreender o que me mobilizava a assumir essa tarefa complexa de penetrar em campos difusos e, muitas vezes, permeados por contradições. Fazer opções teóricas nos permite revisitar nossas convicções ou desconstruí-las, permite-nos olharmos para nós mesmos e pensar sobre nossa trajetória, sobre o que construímos até então, sobre quais são nossas lutas, buscas e sonhos.

### 1.1 HISTÓRICO DE VIDA: MOTIVADOR DESTA INVESTIGAÇÃO

Para falar em opções teóricas, parto então de minha própria história. Acredito que o meio em que circulamos e que nos leva a conviver com os mais variados sujeitos influencia diretamente em nossas vidas, contribuindo com nossa formação enquanto sujeitos, pois é na socialização que efetivamente se constrói e reconstrói o conhecimento. A partir dessa percepção, pude compreender o quanto me sentia privilegiada pelas constantes mudanças vividas.

Passei pela experiência de circular e me adaptar em diversas cidades. Nascida em Novo Hamburgo, ainda muito pequena, com dois anos de idade, segui minha família para a Cidade de Estrela. Nessa época, em função da tranquilidade dessa cidade interiorana, brincávamos até tarde nas ruas, andávamos de bicicleta, voltávamos a pé da escola, sem a preocupação dos meus pais com a possibilidade de não chegarmos bem em casa. Tínhamos uma relação muito boa com a vizinhança, aquela relação que, nos dias atuais, se perdeu.

Passados dez anos, seguimos para Caxias do Sul. Outra mudança. Lembrome dos medos da minha mãe quanto à segurança de seus filhos, pois saíamos de uma cidade interiorana para uma “metrópole”. Trago esse fato para tornar mais claro



o choque cultural que enfrentei, mas que hoje avalio positivamente, pois acredito que é também por meio das diferenças que se efetivam os processos de aprendizagem.

Permanecemos por cinco anos em Caxias do Sul, tempo suficiente para crescer e aprender muito com as diferentes culturais. O momento da mudança, de retornar a minha cidade natal, Novo Hamburgo, de abandonar toda essa caminhada, e ter que enfrentar mais uma mudança cultural, causou-me grande sofrimento.

Dentre todos os lugares por onde circulei, tenho como referência especial a pequenina cidade de Jaquirana. Para essa cidade, sempre, orgulhosamente, levava e ainda levo amigos para desfrutarem da natureza viva que lá se encontra. Em meio à mata nativa e às águas cristalinas, encontra-se uma simples, mas sempre acolhedora casa que herdamos de meus avós maternos. Além de toda a referência de natureza que aquele lugar representa, mais forte ainda é a cultura familiar que, naquele rancho, foi construída, por todos que lá conviveram.

Carrego em mim a experiência de dormir somente escutando o barulho das águas do rio, de tomar banho de cachoeira, caminhar descalça nas gramas ainda molhadas do sereno, poder admirar intensamente o céu que lá se mostra muito mais estrelado do que aqui, por estar longe de qualquer iluminação, ou ainda, caminhar somente com a iluminação da lua.

Jaquirana tem o privilégio de ter um cenário natural belíssimo. E, por ser apaixonada por tudo de mais belo que lá existe, é que tenho um desejo muito grande de mantê-la o mais intocável possível. Mas, às vezes, me pergunto se os moradores da pequenina cidade de Jaquirana têm noção do privilégio que é contar com um rio ainda cristalino passando próximo a suas casas, enquanto muitas metrópoles sofrem com a falta d'água. O que significa ter um ar puro para respirar, enquanto muitos olham para o céu e só enxergam nuvens pretas de poluição; contar com matas nativas embelezando sua paisagem, enquanto outros só encontram prédios e mais prédios ao seu redor; ouvir o cantar dos pássaros, enquanto muitos escutam o tempo todo sirenes de polícia e de ambulâncias ou buzinas de carros a todo vapor? Foi a partir dessas questões iniciais, que emergem de minhas experiências de vida, que cheguei à questão central que permeia toda esta pesquisa: *de que forma a educação ambiental pode contribuir para que a população jaquiranense reconheça a riqueza natural do lugar onde vive?*

A busca por respostas para essa pergunta motivou-me a desenvolver uma pesquisa nesse campo empírico. Para tanto, primeiramente, é importante compreender as diferentes possibilidades de pensar a educação ambiental e de que maneira essa compreensão proporciona elementos para uma resignificação dos sujeitos, da natureza e da própria Educação.

## 1.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A (RE) SIGNIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO: A CONTRIBUIÇÃO DE ALGUNS TEÓRICOS

As lutas da educação ambiental não são diferentes das lutas que nós, educadores, encontramos nos diversos espaços onde se pretende desencadear um processo educativo. Somos constantemente atravessados por políticas educativas que visam à interdisciplinaridade, mais que isso, visam à transdisciplinaridade, no entanto, muitos desses projetos, na prática, às vezes, não se efetivam. Assim, percebe-se a necessidade de mobilizar os educadores para a construção de uma nova cultura. O que encontramos hoje e que precisa ser questionado, embora esteja profundamente enraizada em nós ao longo de décadas, é a cultura do ensino fragmentado, que não leva em consideração a complexidade dos saberes, suas inter-relações e as diferentes vivências dos sujeitos que estão inseridos no processo.

A Pedagogia, como promotora da aprendizagem e da reflexão sobre o processo educativo no cotidiano das pessoas, precisa (re) adaptar suas práticas às novas realidades. Nesse sentido, o papel do educador ambiental e das diferentes concepções de educação ambiental proporcionam uma reflexão sobre a importância da educação para a construção de uma sociedade mais justa, com consciência ecológica. É dessa forma que esse conhecimento provoca mudanças significativas na educação. Mas o conhecimento por si só não garante uma mudança cultural. Toda mudança, de alguma forma, desestabiliza os sujeitos, retirando-os da naturalidade como elaboram seus conhecimentos. Desse modo, a educação em geral e a educação ambiental, em especial, precisam rever suas práticas, pois, segundo Barcelos (2008), não é adequado pautarmos nossas ações de educação ambiental apenas e exclusivamente na ideia de que, conhecendo as origens, as causas e as consequências dos problemas ambientais, mudaremos nossas atitudes frente ao mundo.

Desse modo, precisamos, urgentemente, rever a forma como estruturamos nossos conhecimentos e pensamos o processo educativo. A educação foi profundamente influenciada pela era da industrialização, que visava a formar alunos unicamente para o mercado de trabalho. Em função disso, nossas escolas fragmentaram o ensino, formando o que vemos hoje, uma sociedade que desaprendeu o valor do todo, do global, do complexo. Isso significa, na perspectiva de Gadotti (2000, p.39), que “mudar a maneira de pensar é fundamental para a busca de uma visão mais global do mundo. A transdisciplinaridade representa uma ruptura com o modo linear de ler o mundo, uma forma de articulação dos saberes”.

A educação, ao ser adjetivada com o termo ambiental, oportuniza reeducar o nosso olhar para as práticas educativas que desenvolvemos hoje em nossas escolas e nos espaços não escolares. Objetiva estimular outro modo de pensar a educação, provocando as pessoas a refletirem sobre o sentido do ser humano nesse planeta, a partir da compreensão de que todos nós fazemos parte desse processo. Para tanto, é necessário (re) significar o espaço de convivência, percebendo e valorizando outros espaços educativos para além do espaço formal da escola.

Ao pensamos a educação para além do espaço formal de ensino, na perspectiva da ecopedagogia proposta por Gadotti (2000), compreendemos também a necessidade de (re) significar a escola, vista por muitos como o único espaço educativo, propondo ações que a aproximem da comunidade. Nesse sentido, o autor afirma que (2000, p. 93) “A educação para um desenvolvimento sustentável não pode ser confundida com uma educação escolar. [...] A ecopedagogia pretende ir além da escola: ela pretende impregnar toda a sociedade”.

Dessa forma, ao manter uma relação de proximidade com toda a comunidade escolar (educadores, alunos, famílias e sociedade), busca-se a emancipação dos sujeitos, envolvendo e incluindo todos no processo educativo, para que se tornem autores da própria história. Entende-se que essa proposta, embasada na educação crítica, possa contribuir para que se consiga formar nos sujeitos uma consciência ecológica ou, como nos anuncia Carvalho, o sujeito ecológico. Segundo a autora,

A Educação Ambiental crítica, deveria fornecer os elementos para a formação de um sujeito capaz tanto de identificar a dimensão conflituosa das relações sociais que se expressam em torno da questão ambiental quanto de posicionar-se diante desta (CARVALHO, 2006, p.163).

Por muitos anos, a educação, de modo geral, e agora, mais recentemente a educação ambiental, vem discutindo a importância de uma educação crítica por meio de um planejamento participativo. Para tanto, precisa-se levar em consideração a história de vida de cada um, o contexto no qual está inserido, a subjetividade e como ela vem sendo construída. Sabe-se que, no momento em que envolvermos todos os sujeitos de forma que participem com efetividade do processo educativo, inevitavelmente isso exigirá uma maior dedicação e reflexão coletiva do engajamento. Por isso, quando assumimos o compromisso de uma educação crítica e emancipadora, precisamos estar conscientes das dificuldades a serem encontradas, muitas delas vinculadas à complexidade das relações humanas.

Como qualquer mudança cultural causa desconforto nas pessoas, manifestando reações diversas, desde recusa frente às novas propostas, com a educação ambiental crítica, não poderia ser diferente. Os educadores (não somente ambientais) que se encontram à frente desse processo devem ter a iniciativa de propor tais mudanças, de pertença e cuidado com a natureza. Para tanto, faz-se necessário um constante questionamento sobre como podemos sensibilizar os alunos, professores e a comunidade em geral nesse processo de conscientização e comprometimento.

Para Isabel Carvalho (2006), a educação ambiental crítica seria aquela capaz de transitar entre os múltiplos saberes: científicos, populares e tradicionais. Desse modo, ao nos identificarmos com uma concepção crítica de educação, preocupados com a construção de sujeitos inseridos e atuantes na sociedade, precisamos estar preparados para ultrapassar e derrubar os muros das escolas, dialogando com a comunidade sobre as questões socioambientais e, ao mesmo tempo, perceber o processo educativo como um diálogo permeado por diferentes saberes.

Carvalho (2006, p. 158) afirma que a “Educação Ambiental tem sido uma ponte para aproximar a educação formal da não formal. Trata-se, enfim, de gerar novas reciprocidades entre a escola, a comunidade e a realidade socioambiental que as envolve”.

Hoje a questão ecológica tornou-se eminentemente social, pois, segundo Moacir Gadotti (2000, p. 32), “A situação atual exige medidas urgentes em todos os setores – científico, cultural, econômico e político -, e uma maior sensibilidade de toda humanidade”.

É nessa perspectiva que se compreende a importância do trabalho socioeducativo, que ratifica a defesa de uma educação para além do espaço escolar, per-

mitindo que as ações educativas realizadas na/pela comunidade em diferentes segmentos e com grupos sociais diversificados, enriqueçam esse trabalho, que visa à construção do sujeito para agir ecologicamente. Para Carvalho (2006), a formação do indivíduo só faz sentido se pensada em relação com o mundo em que ele vive e ele se sente responsável.

É nesse sentido que buscarei trazer alguns conceitos que permeiam esse debate, que considero fundamentais para nortear a discussão sobre educação ambiental. Para aprofundar a compreensão sobre a difícil relação homem/natureza, identifiquei-me com determinadas teorias, como a do sujeito ecológico, de Isabel Carvalho, e a ecopedagogia, de Gadotti.

### **1.2.1 O sujeito ecológico de Isabel Carvalho**

Segundo Carvalho (2006, P. 67), o sujeito ecológico é “[...] um sujeito ideal que sustenta a utopia dos que creem nos valores ecológicos, tendo, por isso, valor fundamental para animar a luta por um projeto de sociedade bem como a difusão desse projeto”. Dessa forma, esse sujeito precisa estar envolvido e comprometido com a problemática ambiental.

No entender dessa autora, esse sujeito precisa identificar-se de alguma forma com a causa ambiental e incorporar alguns valores ecológicos em suas opções e projetos de vida. Nesse sentido, Carvalho (2006, p. 69) ressalta que

[...] a existência de um sujeito ecológico põe em evidência não apenas um modo individual de ser, mas, sobretudo, a possibilidade de um mundo transformado, compatível com esse ideal. Fomenta esperanças de viver melhor, de felicidade, de justiça e bem estar. Assim, além de servir de fonte de identificação para os ativistas e ecologistas, mobiliza sensibilidades que podem ser experienciadas por muitos segmentos de nossa sociedade. Os educadores que passam a cultivar as ideias e sensibilidades ecológicas em sua prática educativa estão sendo portadores dos ideais do sujeito ecológico.

Nessa perspectiva, acredita-se que a educação em geral e a educação ambiental, mais especificamente, cumprem importante papel na construção desse sujeito. Independentemente do espaço de atuação, seja instituído (escola) ou não, entendendo que, onde há transformação, inevitavelmente há também um processo educativo.

O papel do educador ambiental e das diferentes concepções de educação ambiental proporcionam uma reflexão sobre a importância da educação para a construção de uma sociedade mais justa, com consciência ecológica, ou seja, de um sujeito ecológico.

A pedagogia, vista como responsável pela promoção da aprendizagem por meio de recursos necessários ao processo educativo no cotidiano das pessoas, precisa (re) adaptar suas práticas às novas realidades. Carvalho (2006, p. 66) manifesta seu entendimento de que, “[...] por ser um perfil ideal, nem todos conseguem realizá-lo completamente em suas condições reais de vida”. Isso se justifica pela variação na identificação e adesão ao conjunto de valores que compõe o sujeito ecológico.

A partir do momento em que o educador se identificar com tais valores, por meio do que Carvalho (2006, p. 65) chama de “[...] comportamentos ecologicamente orientados”, auxiliará na (re) adaptação de sua prática cotidiana. Por exemplo, quando falamos em consumo consciente, estamos falando de um consumidor que está comprometido com a problemática ambiental, sendo agente de uma transformação social. No que tange ao sentido que o educador dá ao assunto no espaço escolar, no espaço da sala de aula, será que nossos educadores estão comprometidos com a problemática ambiental e, conseqüentemente, são agentes transformadores no espaço político em que lhes compete a ação diária?

Carvalho (2006, p. 69) continua suas problematizações acerca da identidade desse sujeito utópico, o sujeito ecológico, quando aborda aspectos que ultrapassam a formalidade da escola, contextualizando que

Uma aprendizagem em seu sentido radical, a qual, muito mais do que apenas promover conteúdos e informações, gera processos de formação do sujeito humano, instituindo novos modos de ser, de compreender, de posicionar-se ante os outros e a si mesmo, enfrentando os desafios e as crises do tempo em que vivemos.

Acredito que, quando há essa identificação, tornamo-nos parte integrante dessa sociedade em sua totalidade, inclusive com suas crises ambientais. Dessa forma, ao nos incorporarmos literalmente como agentes transformadores, por mais simples que sejam as ações, pontuais ou não, de alguma forma, estaremos contribuindo para uma sociedade mais justa, sustentável e mais humana.

Para os educadores em geral, sejam educadores populares, educadores ambientais, educadores somente escolares, mas basicamente falando daqueles e-

ducadores comprometidos com a causa ambiental, Gadotti (2000) aponta para uma ecopedagogia, a qual, somada à proposta do sujeito ecológico de Carvalho, favorece a qualificação desses profissionais.

### 1.2.2 A ecopedagogia de Moacir Gadotti

Na mesma perspectiva da noção de sujeito ecológico anteriormente apresentada, a ecopedagogia apresentada por Gadotti (2000), pretende reeducar o olhar, um reeducar no sentido de desenvolver a atividade de observar a presença de agressões ao meio ambiente, criar hábitos alimentares novos, observar o desperdício, a poluição sonora, visual, a poluição da água e do ar etc. e intervir no sentido de reeducar o habitante do planeta. Dessa forma, a ecopedagogia não quer oferecer apenas uma nova visão da realidade, mas também está preocupada com o desenvolvimento dos sujeitos, ou seja, de um sujeito ecológico, conforme Isabel Carvalho (2006).

Quando Gadotti (2000) fala em uma ecopedagogia preocupada em reeducar o olhar, pensa a educação a partir de uma perspectiva mais global, ou seja, com pensamentos a partir da vida cotidiana, em que buscamos sentido a cada momento, em cada ato, evitando assim a burocratização do olhar e do comportamento.

O autor reforça também que (2000) uma consciência ecológica, isto é, “ser ecologicamente alfabetizado”, significa olhar o mundo de outra forma, pensar diferente: pensar em termos de relações e encadeamentos. Acrescenta ainda que o desenvolvimento sustentável tem um componente educativo formidável, visto que a preservação do meio ambiente depende de uma consciência ecológica, e a formação da consciência depende da educação. Para tanto, um dos caminhos para essa efetivação é o trabalho socioeducativo, que precisa elaborar projetos que visem à construção dessa consciência ecológica. Nesse sentido, o autor afirma que

A ecopedagogia pretende desenvolver um **novo olhar** sobre a educação, um olhar global, uma nova maneira de ser e estar no mundo, um jeito de pensar a partir da vida cotidiana, que busca sentido a cada momento, em cada ato, que ‘pensa a prática’ (Paulo Freire), em cada instante de nossas vidas, evitando a burocratização do comportamento (GADOTTI, 2000, p. 82, grifo nosso).

Sendo assim, acredita-se que, para a educação ambiental alcançar efetivamente seus objetivos e conseguir disseminar uma consciência ecológica que faça

parte do dia a dia das pessoas, precisa partir da realidade dos sujeitos, envolvendo-os em todo o processo, desde seu momento inicial de planejamento à tomada de decisões, colocando-os como corresponsáveis pelas relações com espaço em que vivemos.

No que tange à reflexão sobre a importância da educação no desencadeamento dessa consciência ecológica, concordo com Gadotti (2000, p. 178), quando comenta que essa consciência somente “emergirá espontaneamente quando o sentido da unidade for tocado, ou seja, quando cada criatura sentir-se verdadeiramente vinculada a todas as formas de vida e aos ministérios da existência”.

É fato que, quando os envolvidos no processo educativo estão abertos para discussões e reflexões, o trabalho desenvolvido produz sentido e permite a quebra de paradigmas fazendo com que haja uma transformação, tornando-os, assim, sujeitos que promovem a diferença nos espaços em que estão inseridos.

Nesse sentido, Gadotti destaca que a ecopedagogia é “Uma pedagogia para a **promoção da aprendizagem** do *sentido das coisas a partir da vida cotidiana* [...] centra-se na *relação* entre os sujeitos que aprendem juntos” (2000, p. 79, grifos do autor). Nesse aspecto, o crescimento e a construção de novos conhecimentos tornam-se possíveis a todas as partes envolvidas, pois, acredita-se que é desse modo que se dá o efetivo processo de aprendizagem. Até porque, somos seres inacabados e necessitamos de estar sempre dispostos a adquirir novas aprendizagens, aproveitando, assim, as oportunidades que surgem.

Para Gadotti (2000), a ecopedagogia insiste em reconhecer que os vínculos e as relações são também conteúdos, demonstrando que essa pedagogia está preocupada com a “promoção da vida”. Dessa forma, os conteúdos relacionais, as vivências, as atitudes e os valores adquirem expressiva relevância. Assim, poderíamos pensar que a ecopedagogia possibilita-nos a abertura de novos olhares quanto à ação educativa, tornando o ambiente mais atrativo, além de despertar o interesse por parte dos envolvidos no processo educativo, visto que as propostas vão ao encontro das expectativas dos mesmos.

Quando Gadotti fala em vínculos e relações, sem nenhuma distinção, pretende nos mostrar que

A ecopedagogia defende a valorização da *diversidade cultural*, a garantia para a manifestação ético-política e cultural das minorias étnicas, religiosas, políticas e sexuais, a democratização da informação e a redução do tempo



de trabalho, para que todas as pessoas possam participar dos bens culturais da humanidade. A ecopedagogia, portanto, é também uma pedagogia da *educação multicultural* (GADOTTI, 2000, p. 93, grifo do autor).

Nessa direção, é importante entender o mundo/sociedade em que os sujeitos estão inseridos, compreendendo que a ideia que temos hoje de sujeito e de educação é fruto de um contexto político, social, econômico. Assim, para transformarmos essa realidade, é fundamental transformarmos essas concepções.

## 2 CONTEXTO ATUAL: IMPLICAÇÕES E POSSIBILIDADE DE PROPOSTAS ALTERNATIVAS



Figura 2 – Jaquirana/RS  
Fonte: a autora

Ao trazer a análise do contexto atual, pretendo refletir sobre as implicações da transversalidade das questões ambientais no âmbito dos movimentos sociais e da educação. Assim, trarei como referência principal de análise a experiência da Economia Popular Solidaria e os Parâmetros Curriculares Nacionais.

Vivemos hoje em uma sociedade que valoriza mais o ter do que o ser, em uma sociedade que acredita ser possível comprar felicidade, que não valoriza as diferenças culturais e em que o poder encontra-se nas mãos de uma minoria. Dessa forma, seria possível pensarmos em um modelo de desenvolvimento que levasse em consideração outros valores, propondo um desenvolvimento econômico e social que, acima de tudo, valorize o meio ambiente, a solidariedade, a justiça equitativa?

Talvez por isso o discurso de desenvolvimento sustentável, seja para Gadotti, uma forma de questionar o próprio modelo de sociedade, de colocar em questão não só o crescimento econômico ilimitado e predador da natureza, mas a sua fundamentação enquanto modo de produção capitalista. Nesse sentido, o autor faz um questionamento: “como pode existir um crescimento com equidade, um crescimento sustentável numa economia regida pelo lucro, pela acumulação ilimitada, pela exploração do trabalho, e não pelas necessidades das pessoas?” (GADOTTI, 2000, p. 61).

Como a sociedade atual valoriza a acumulação do capital, não tem medidas para essa acumulação, nem que para isso seja necessário explorar a grande maioria da população que, via de regra, é classificada como: peões, trabalhadores de chão de fábrica, pequenos agricultores, etc.. Mas é essa parcela da sociedade que representa a que mais trabalha e que menos ganha. Seria possível, dentro desse contexto, pensar em uma mudança, em que a escravização da mão de obra não teria mais espaço e que nossa sociedade seria mais igualitária e sustentável? Segundo Santarém (2004, p. 55),

Desenvolvimento sustentável significa, em síntese, vida digna e melhor para todos e não para alguns que se julgam privilegiados. Significa a eliminação da miséria, da fome, da injustiça social e de tudo aquilo que exclui o ser humano e avilta a sua dignidade e integridade. Significa um novo modo de relacionar-se, na perspectiva de que todos participam de um destino comum e que pertencemos à mesma família humana. Isso inclui outra consciência de si mesmo e a satisfação de todas as necessidades humanas, um nível de vida mais elevado sem destruição do ecossistema e o cuidado com o planeta – nossa casa comum.

Dessa forma, como poderíamos pensar em desenvolvimento sustentável sem ferir os princípios que regem o capitalismo? O que encontramos hoje é um grande marketing por parte das empresas do setor capitalista no que se refere a políticas e ações na esfera ambiental. Sabe-se que muitas empresas são responsáveis por boa parte da poluição e pela devastação ambiental que temos hoje em nosso planeta. No entanto, seu discurso e seu planejamento estratégico mostram preocupação em relação ao meio ambiente que não condiz com sua prática.

Aos poucos, contudo, vai se percebendo um movimento por parte das empresas que, aparentemente, demonstram estarem atentas às modificações e exigências da atual sociedade, como, por exemplo, a preocupação com a responsabilidade social. Um movimento, inclusive, muito estimulado por parte dos pedagogos empresariais, que estão se inserindo lentamente nesse universo. De acordo com Santarém (2004, p. 70), “As empresas estão percebendo que a única maneira de construir uma imagem positiva e obter vantagem competitiva no mercado é através do investimento nas pessoas”. Mas, ainda dentro desse pensamento, vemos que essa preocupação está atrelada, muitas vezes, à imagem positiva da empresa que lhe possibilitaria um maior poder competitivo.

Mesmo que esse investimento no capital humano, inicialmente, esteja relacionado com maiores ganhos, já se percebe um processo transformador nesses sujeitos através da educação. Aqueles trabalhadores, até então destinados a baixar a cabeça e trabalhar, já estão sendo valorizados e respeitados, ganhando e conquistando um espaço de “igualdade”, gerando, assim, uma mudança cultural nas empresas. Mas isso é também resultado de um processo de mobilização social, de muita luta por parte dos trabalhadores.

Em outra direção, na busca dessa igualdade, dessa ação global, caminham outros movimentos, entre eles, podemos citar a experiência da *Economia Popular Solidária (EPS)*. Esse movimento apresenta uma proposta diferente de produzir, vender, comprar e trocar, dividindo igualitariamente seus ganhos entre os que participam do trabalho, sem exploração. A valorização do meio ambiente, o trabalho cooperativo, que fortalece o grupo, buscando o bem-viver comum para todos, questionando qual o sentido da vida, são as bandeiras dessa *outra economia*. Trago a Economia Popular Solidária como um exemplo de educação não escolar, em que os sujeitos constroem coletivamente seus saberes, através de outra vivência do trabalho. A questão ambiental, nesse processo, é um elemento fundamental, pois surge como

princípio para repensar a relação com o outro e de que forma elaboram, pensam e transformam o produto do trabalho. Para que possamos conhecer melhor essa experiência, resgato, nesse momento, a história desse movimento, principalmente a experiência em Novo Hamburgo e os princípios que regem essa nova economia, a Economia Popular Solidária.

## 2.1 ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA COMO CONTRAPONTO AO CAPITALISMO

O movimento da EPS<sup>4</sup> nasceu da luta de trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho. No Brasil, perceberam-se as primeiras movimentações na década de 1990, mas, somente após mais de uma década, esse coletivo conseguiu uma articulação a nível nacional, quando, em 29 de junho de 2003, instituiu-se o Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

Nesse mesmo ano, no Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, o Presidente Lula anunciou o compromisso de criar a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), o que caracterizou um grande avanço referente a políticas de apoio para o movimento. A partir daí, foi se expandindo significativamente a criação de outros Fóruns, tanto a nível estadual quanto municipal e regional. No Rio Grande do Sul, o Fórum Gaúcho de EPS foi criado em 24 de maio de 2003. Na nossa região, o movimento da EPS conta também com o apoio do Fórum Regional de Economia Popular Solidária do Vale dos Sinos.

O Fórum Municipal de Economia Popular Solidária de Novo Hamburgo recentemente completou 4 anos de mobilização e luta pela conquista de seu espaço na sociedade<sup>5</sup>. Por causa da exigência de existir um Fórum Municipal, para que delegados pudessem participar, com direito a voz e voto, representando o município na I Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES), é que se articulou e mobilizou essa organização por meio do mapeamento feito pela SENAES, que apontava cerca de 16 empreendimentos de EPS em Novo Hamburgo. Após consolidado, con-

---

<sup>4</sup> Muitas das informações apresentadas neste subtítulo podem ser encontradas no site do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (Disponível em: <<http://www.fbes.org.br/>>).

<sup>5</sup> O Fórum Municipal de Economia Solidária de Novo Hamburgo foi criado em 20 de maio de 2006, na sede da Escola 8 de Março.

seguiu-se encaminhar, para a I CONAES, um representante de empreendimento bem como um de entidade de apoio (Feevale).

Os trabalhadores que se veem excluídos do mercado formal, ao buscarem outra forma de sobrevivência, começam a problematizar os direitos que o sistema capitalista proporciona, se realmente possibilita a qualidade de vida idealizada. Eles questionam se, trabalhar 44h semanais, de baixo de sol, chuva ou frio, sem direito à manifestação, sendo vistos apenas como “máquinas”, que estão ali unicamente para produzir, produzir e produzir, e tendo como única recompensa a garantia de um mês de férias e um décimo terceiro salário no final do ano, vale a pena. Com base nisso, questiono: a realidade apresentada e oferecida pelo atual modelo de sociedade representa os únicos direitos que querem/necessitam os trabalhadores/as?

Essa questão faz com que muitos trabalhadores percebam que qualidade de vida é também ter o direito de ausentar-se do trabalho; de poder acompanhar um filho doente; poder se cuidar, quando necessitar de um acompanhamento médico; poder ter voz nas tomadas de decisões, enfim, é poder realizar todas as atividades que se fazem necessárias sem a preocupação do ônus que o capitalismo impõe, sem a preocupação de faltar comida no final do mês, sem a ameaça de ser punido. Dessa forma, os chamados “excluídos” desse sistema de “vantagens” veem-se obrigados a encontrar alternativas mais justas e igualitárias de sobrevivência, ou seja, com qualidade de vida. Para Gadotti (2000, p. 62), qualidade de vida é

Um conceito distinto do conceito de ‘nível ou padrão de vida’. Fala-se de nível ou padrão para designar a satisfação de uma parte das necessidades humanas, principalmente as necessidades econômicas. Qualidade de vida faz referência à satisfação do conjunto das necessidades humanas: saúde, moradia, alimentação, trabalho, educação, cultura e lazer. Qualidade de vida significa ter a possibilidade de decidir autonomamente seu próprio destino.

Quando abordo o termo “excluído”, trago-o também na tentativa de problematizar as consequências do modelo atual, em que, além da falta de carteira assinada e de um trabalho que garanta o sustento e a sobrevivência, as pessoas sofrem também com a exclusão moral, sofrem com a taxaço de desempregado, que vem carregada de preconceitos, o que contribui para o sentimento de “ser excluído”, no sentido de não participar daquilo que está posto e que é aceito socialmente como importante.

É assim que o movimento da EPS elabora princípios que visam a problematizar o modelo atual de organização social e econômica, propondo outro modelo de sociedade.

Segundo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária<sup>6</sup>, os princípios balizadores da EPS são:

A valorização social do trabalho humano; a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica; o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade; a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza; e os valores da cooperação e da solidariedade.

Os trabalhadores que se identificam com a EPS deparam-se com um árduo caminho a ser percorrido e conquistado, como, por exemplo, a valorização do trabalho artesanal. Percebe-se muito, em nossa região, uma não valorização do que é produzido artesanalmente, mesmo que sua produção envolva preocupação com as questões ambientais, visto que, para muitos dos produtos, são reaproveitados materiais. Percebo, contudo, que aqueles que estão envolvidos com a EPS, de certa forma, lentamente, realizam um processo educativo de seus consumidores, que, muitas vezes, preferem investir nas grandes corporações, inclusive pagando mais do que se comprassem em feiras ou lojas de EPS, pagando um valor justo, sem contribuir com os atravessadores e comprando direto dos produtores/artesãos, que, além disso, ainda contribuirão com o meio ambiente.

Dessa forma, a alternativa apresentada aqui, a da Economia Popular Solidária, traz consigo propostas de gestão que contrapõe o modelo atual de economia, o capitalismo. Relato, neste momento, parte de minha experiência e vivência nesse campo repleto de possibilidades, tanto para pensar o movimento social como um espaço de educação não escolar, como também de alternativas de pensar o trabalho como uma experiência de valorização do humano e da natureza.

### **2.1.1 A economia popular solidária: relato de uma experiência**

Sabemos que o meio influencia diretamente nossas escolhas, sejam elas profissionais ou não. No meu caso, desde o ano de dois mil e sete, muitas crenças e

---

<sup>6</sup> Disponível em:

<[http://www.fbes.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=63&Itemid=60](http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60)>

valores foram sendo re-significados em minha forma de pensar e até mesmo de viver, fruto da aproximação, enquanto acadêmica, do universo da Pesquisa<sup>7</sup> e da Extensão<sup>8</sup>. Foi dentro desse universo que tive a oportunidade de me aproximar do campo da Economia Popular Solidária, em que atuei como bolsista (iniciação científica e extensão). Os diversos momentos de formação com a equipe que integra esses projetos bem como a aproximação com esse campo empírico oportunizaram momentos de reflexão, levando-me a pensar e repensar minhas atitudes e práticas em sociedade, principalmente, na área da educação.

Durante esse período de atuação, enquanto bolsista de Iniciação Científica, muitas foram as ações realizadas. O contato direto com os sujeitos trabalhadores, principais protagonistas desse movimento, contribuiu para que se criasse um vínculo importante entre mim, como bolsista, e os empreendimentos (universidade e comunidade).

Particpei, desde o início, da luta por um espaço municipal de comercialização, uma reivindicação importante do movimento, e da organização dos espaços de discussão entre os empreendimentos, que possibilitaram diferentes trocas de experiências. A participação nas feiras municipais e estaduais representa um aspecto significativo para o crescimento dessa experiência. O acesso a outras falas e experiências dentro da Economia Solidária fez com que esses sujeitos assumissem outra postura, outro discurso, fruto dessa escuta, o que contribuiu para repensar o Fórum da Economia Solidária bem como os empreendimentos, principais atores desse movimento.

Após algum tempo de contato, de presença marcante em todas as reuniões do Fórum e conhecendo melhor os grupos, percebi que não há nenhum momento de discussão entre os sujeitos participantes, a não ser o momento da feira e das reuniões do Fórum, que é quando eles acabam se encontrando. Assim, as trocas de experiências e o exercício do debate ocorrem nesses dois momentos. Para esse coletivo, as feiras representam um espaço importantíssimo de constituição de regras, de horários, de papéis, proporcionando momentos de formação. Dessa forma, as feiras assumem uma dimensão de importância dentro da própria compreensão do espaço

---

<sup>7</sup> Educação, Trabalho e Solidariedade – Universidade Feevale - Equipe: Eliana Perez Gonçalves de Moura, Dinora Zuketti, Magali Mendes de Menezes.

<sup>8</sup> Incubadora de Economia Solidária – Universidade Feevale.



do Fórum, pois representam a continuidade de algumas discussões que iniciam no Fórum e que não se concluem por falta de tempo.

Pude acompanhar e assessorar esse Fórum também na construção do regimento interno. A organização desse documento surgiu da necessidade de, com base na trajetória e experiência acumuladas, registrar alguns critérios. Esse processo foi de extremo crescimento para aqueles que se engajaram na construção do documento, inclusive para mim, pois necessitamos entrar em contato com outros documentos e estudá-los, além de adaptar a realidade local, possibilitando, assim, conhecer outras realidades, para saber como os outros fóruns estão se organizando. Todos esses processos resultaram no empoderamento dessas pessoas, do coletivo chamado Fórum.

A aproximação com o campo da EPS possibilitou-me conviver com pessoas de diferentes realidades sociais e culturais. Essa experiência fez-me ver a vida e, em especial seus atores, de forma mais humanizada, conseguindo ir além de um olhar assistencialista para com esses sujeitos.

A oportunidade de acompanhar os resultados vivos do trabalho e do espaço construído pelo movimento da Economia Popular Solidária possibilitou-me um olhar diferente sobre a educação e, principalmente, sobre a dinâmica de diálogo construída nesses espaços. Ver mulheres inicialmente excluídas do mercado de trabalho, após meses de formação, gerando sua própria renda e, ainda, vê-las transformadas, foi importante para eu compreender o trabalho e a educação em espaços não escolares. Segundo Azibeiro, Perass e Dolzan (2001, p. 21), “Quando as pessoas experimentam participar de um grupo em que têm espaço para falar e se sentem ouvidas e respeitadas, mudam seu jeito de ser e de se relacionar. Mudam até sua postura”, Dessa forma, a Economia Popular Solidária não representa apenas (ou tudo isso) um novo modelo de economia, mas uma outra visão do próprio ser humano e de sua relação com o mundo.

A questão ambiental, no entanto, ainda, em muitos momentos, embora apareça nos princípios, é colocada em segundo plano. Destaco aqui a presença do Clube de Trocas e de educadores ambientais que participam do Fórum de EPS de Novo Hamburgo. Esses educadores provocam tensionamentos importantes dentro do grupo, afirmando a necessidade de pensarmos como construímos os produtos frutos do trabalho solidário.

Percebo que uma das grandes falhas da sociedade moderna é a inexistência de mais espaço para o diálogo. Acredito que, para transformar a sociedade e o mundo, precisamos ouvir as pessoas, independentemente de sua etnia ou classe social, pois é nesse diálogo que o sujeito ecológico vai se construindo.

Para que haja uma mudança comportamental, como ocorreu comigo, um árduo trabalho educativo precisa ser estimulado e proposto, objetivando quebrar, inclusive, alguns paradigmas, fazendo assim emergir novas formas de se relacionar com o mundo e com seus atores. Segundo Gadotti (2009, p.33), “As práticas de economia solidária envolvem uma mudança cultural que só a formação pode estabelecer [...] Trata-se de uma mudança profunda de valores e princípios que orientam o comportamento humano em relação ao que é e ao que não é sustentável”.

As possibilidades e alternativas estão aí, em pleno funcionamento, como é o caso da EPS, que, aos poucos, está resgatando muitos sujeitos da sua condição de miserabilidade, elevando sua autoestima, mostrando-lhes suas potencialidades e, acima de tudo, gerando renda através de um trabalho coletivo, que rompe com a compreensão de trabalho presente no sistema capitalista. Talvez o que ainda falta é uma maior disseminação dessas propostas por meio de processos educativos nas comunidades, estimulando o diálogo e a cooperação, princípios que regem essa alternativa, que visa a um mundo melhor. Nessa direção, encontramos muitos movimentos que, preocupados com a questão ambiental, embasam suas ações de desenvolvimento em busca de um desenvolvimento sustentável. Mas o que isso significa?

### **2.1.2 O desafio de um desenvolvimento sustentável**

Percebemos que a proposta da Economia Popular Solidária, mesmo que já tenha conquistado, ao longo dos anos, alguns espaços significativos, como, por exemplo, a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES e muitos adeptos, ainda tem um longo caminho a ser percorrido para dar conta de uma mudança a nível global. Ainda assim, acredito na importância de um desenvolvimento sustentável, que tem como princípio básico a solidariedade com as gerações futuras, mesmo sabendo que hoje isso está longe de acontecer. A EPS, nesse sentido, tem um papel importante, pois traz a sustentabilidade como um dos princípios fundadores desse movimento.

Vivemos em uma época em que ainda presenciamos, diariamente, diversos casos de sujeitos que habitam esse planeta morrerem de fome, frio, etc., enquanto muitos moram em casas luxuosas (construídas sobre o **nosso** Planeta Terra) e se deliciam com grandes banquetes, sem refletirem sobre o que isso representa. Essas discrepâncias sociais levam-nos a perguntar se essas pessoas teriam a noção de solidariedade, como propõe a Economia Popular Solidária, na perspectiva de um desenvolvimento sustentável necessário para a construção de uma nova sociedade.

Daí surgem vários questionamentos, tais como: como sensibilizar essa camada da população que demonstra profunda indiferença aos problemas socioambientais? Se nessa sociedade não se consegue minimamente manter uma relação de igualdade e respeito entre os seres humanos que fazem parte dela, seria possível pensarmos em uma relação respeitosa com a natureza? Em uma sociedade, que prefere descartar “restos” de alimentos, em vez de saciar a fome do seu próximo, mesmo sabendo que muitos irão se alimentar desse “lixo”, do lixo que uma minoria que ocupa um lugar privilegiado na sociedade rejeita, é possível, pensar em meio ambiente? Como pensamos no reflexo das ações locais para o planeta como um todo? Muitas dúvidas e anseios permeiam minhas análises, pois, ao perceber que muitos de nós não nos importamos nem com nossos vizinhos - muitas vezes nem os conhecemos - como poderíamos pensar, planejar, mudar nossas ações, preocupados com as consequências globais?

Gadotti (2000, p. 58) define sociedade sustentável como “Uma sociedade capaz de satisfazer as necessidades das gerações de hoje sem comprometer a capacidade e as oportunidades das gerações futuras”. Desse modo, a partir do quadro citado acima, é necessário pensar urgentemente de que forma as gerações futuras encontrarão nosso planeta.

Ousaria aqui afirmar que um dos caminhos para que se consiga ir ao encontro de uma sociedade com desenvolvimento sustentável é mobilizar a comunidade, envolver os sujeitos em uma construção coletiva e participativa, como a proposta e o exemplo do movimento de Economia Popular Solidária. Sobretudo, precisa-se entender como as pessoas se relacionam com o ambiente e como elas enfrentam seus dilemas cotidianos. É preciso ter clareza sobre como os cidadãos envolvem-se no planejamento das estratégias, pois se entende que eles são os maiores conhecedores da realidade local.

Não pretendo com isso trazer respostas prontas, até porque acredito que não temos ainda respostas, estamos em processo de construção de uma nova consciência, que chamaria de ecológica. Com esses questionamentos iniciais, busco problematizar uma realidade social que traz implicações profundas a todo planeta, mobilizando, assim, uma reflexão sobre a realidade encontrada hoje e sobre as urgentes mudanças, sejam elas de atitudes, comportamentos ou mesmo de pensamentos, mas que envolvam um comprometimento com as gerações futuras e com o nosso planeta Terra. Segundo Gadotti (2000, p. 107), “Uma sociedade global supõe uma mudança de atitude e de valores de cada indivíduo”.

É nessa perspectiva de construção coletiva e participativa que faço uma análise crítica da forma como os temas transversais, em especial o “meio ambiente”, chegaram até nossas escolas.

## 2.2 OS TEMAS TRANSVERSAIS SÃO FUNDAMENTAIS PARA A EDUCAÇÃO?

Percebendo que nossa sociedade passava por grandes transformações, redefinindo o espaço das práticas cidadãs, e que a educação necessitava construir uma escola comprometida e orientada para a formação de cidadãos, é que, em 2008, o Ministério da Educação e do Desporto (MEC) criou o documento intitulado Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

Os PCNs surgiram com o objetivo de rever os currículos escolares, ampliando e aprofundando um debate educacional que visava à transformação do sistema educativo brasileiro. Tendo como eixo norteador a Cidadania e entendendo que, para a construção dessa cidadania faz-se necessária uma prática educacional preocupada e voltada para a realidade social, é que esse documento vem subdividido por temáticas, chamadas de Temas Transversais, tais como: ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, orientação sexual, trabalho e consumo.

Dessa forma, esses temas deveriam ser debatidos e incorporados nas áreas já existentes, permitindo aos educandos o acesso a esses conhecimentos, reconhecidos como necessários para o exercício da cidadania. Acredito que a escola que busca assumir seu papel integrante na formação do cidadão precisa prepará-lo para enfrentar os obstáculos presentes na vida em sociedade. Estou certa de que o período atualmente vivido traz consigo muitas angústias, medos, insegurança, mas traz

também um desafio de superação, que não pode ser negligenciado, pois a educação se mostra como um caminho importante para um mundo melhor.

Fazendo uma breve análise do documento que apresenta o meio ambiente como tema transversal, é possível perceber que caminha ao encontro do que Isabel Carvalho (2006) denominou de sujeito ecológico. Se na prática as escolas conseguissem transversalizar esse tema da forma como é sugerido, estariam contribuindo positivamente para a construção desse sujeito ecológico. Esse documento, em sua apresentação ao tema transversal, aborda os seguintes aspectos:

A vida cresceu e se desenvolveu na Terra como uma trama, uma grande rede de seres interligados, interdependentes. Essa rede entrelaça de modo intenso e envolve conjuntos de seres vivos e elementos físicos. Para cada ser vivo que habita o planeta existe um espaço ao seu redor com todos os outros elementos e seres vivos que com ele interagem, por meio de relações de troca de energia: esse conjunto de elementos, seres e relações constitui o seu meio ambiente. Explicado dessa forma, pode parecer que, ao se tratar de meio ambiente, se está falando somente de aspectos físicos e biológicos. Ao contrário, o ser humano faz parte do meio ambiente e as relações que são estabelecidas — relações sociais, econômicas e culturais — também fazem parte desse meio e, portanto, são objetos da área ambiental. Ao longo da história, o homem transformou-se pela modificação do meio ambiente, criou cultura, estabeleceu relações econômicas, modos de comunicação com a natureza e com os outros. Mas é preciso refletir sobre como devem ser essas relações socioeconômicas e ambientais, para se tomar decisões adequadas a cada passo, na direção das metas desejadas por todos: o crescimento cultural, a qualidade de vida e o equilíbrio ambiental. PCNs (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1997, p. 27).

Percebo, nesse documento, uma grande relação com o pensamento de Carvalho (2006), que entende como necessária e saudável a relação homem/natureza. Mas, ao mesmo tempo, acredito que, enquanto a discussão ambiental estiver no âmbito das leis, que muitas vezes vem de cima, escritas e pensadas por poucos - como é o caso desse tema transversal - sem a preocupação de um trabalho coletivo que conscientize as pessoas da importância e da responsabilidade de cada um com as questões socioambientais, não se alcançará a sustentabilidade esperada.

Os Parâmetros Curriculares Nacional, de certa forma, propõe medidas padrões a nível nacional de educação ambiental. No entanto, perguntamo-nos: como em um país como o Brasil, que possui diversos “países” dentro de um só, com realidades culturais e peculiaridades distintas, merecendo atendimento diferenciado, é possível pensarmos em termos de parâmetros? Será que se pode padronizar formações (parâmetros) pedagógicas a nível nacional no que se refere às questões ambientais, mesmo em período de globalização? Estariam os professores capacitados

para traduzir para a realidade local as informações recebidas e pensadas a nível nacional?

Mesmo diante dessas questões, acredito que as propostas presentes na legislação educacional representam um caminho para mudar o que se tem hoje nas nossas escolas, contribuindo significativamente para que a nossa sociedade reflita sobre o porquê de vivermos hoje uma crise ambiental. Transformamos, assim, a função da educação, que se voltava unicamente para a formação de sujeitos para o mercado de trabalho, transmitindo conhecimento técnico diretamente relacionado com a estrutura e o funcionamento da sociedade capitalista. O conhecimento produzido nas escolas torna-se, desse modo, relevante para a economia e a produção. Uma concepção de educação voltado ao atendimento do capitalismo acaba produzindo uma sociedade “doente”, fraturada, o que tem reflexos em todos os níveis educacionais e sociais. Para Santarém (2004, p. 45), “é inaceitável, qualquer sistema e/ou modelo de educação que não privilegie o ser humano em sua real e plena dimensão de ser livre.” Dessa forma, precisa-se urgente de uma educação para a vida e não somente para o trabalho.

Aprofundando um pouco mais o tema transversal denominado Meio Ambiente, apontado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998, p. 197), encontra-se, como objetivo, que os alunos, ao final do Ensino Fundamental, sejam capazes de:

- Identificar-se como parte integrante da natureza e sentir-se afetivamente ligados a ela, percebendo os processos pessoais como elementos fundamentais para uma atuação criativa, responsável e respeitosa em relação ao meio ambiente;
- perceber, apreciar e valorizar a diversidade natural e sociocultural, adotando posturas de respeito aos diferentes aspectos e formas do patrimônio natural, étnico e cultural;
- observar e analisar fatos e situações do ponto de vista ambiental, de modo crítico, reconhecendo a necessidade e as oportunidades de atuar de modo propositivo, para garantir um meio ambiente saudável e a boa qualidade de vida;
- adotar posturas na escola, em casa e em sua comunidade que os levem a interações construtivas, justas e ambientalmente sustentáveis;
- compreender que os problemas ambientais interferem na qualidade de vida das pessoas, tanto local quanto globalmente;
- conhecer e compreender, de modo integrado, as noções básicas relacionadas ao meio ambiente;
- perceber, em diversos fenômenos naturais, encadeamentos e relações de causa/efeito que condicionam a vida no espaço (geográfico) e no tempo (histórico), utilizando essa percepção para posicionar-se criticamente diante das condições ambientais de seu meio;
- compreender a necessidade e dominar alguns procedimentos de conservação e manejo dos recursos naturais com os quais interagem, aplicando-os no dia a dia.

É possível perceber que esses objetivos contemplam e apontam para um trabalho de conscientização dos educandos no sentido de pertença ao meio ambiente e de corresponsabilidade com a crise ambiental que vivemos. Para tanto, procura desenvolver nesses sujeitos uma nova postura e um novo entendimento da relação com o meio ambiente, garantindo, assim, uma melhor qualidade de vida para todos.

Esse documento apresenta muitos avanços para a educação, porém, sabe-se das dificuldades vividas em nossas escolas, onde, para se poder fazer um investimento em formação continuada para o corpo docente, muitas vezes, faz-se necessário cancelar as aulas por falta de substituição. Essa, entre tantas outras questões do cotidiano escolar, inviabiliza a qualificação profissional necessária e exigida, presente nessa proposta.

Por esse motivo é que os profissionais do fazer pedagógico precisam inevitavelmente ser ouvidos e envolvidos em qualquer planejamento. Faz-se necessário dialogar com esses profissionais, principalmente se as mudanças propostas dizem respeito a sua prática diária, visto que, ninguém melhor que eles para saberem da viabilidade ou não da mudança. Por mais positiva que seja a proposta, se pensada por alguns, principalmente por quem não conhece e não vivencia o dia a dia escolar, possivelmente não conseguirá atingir seus objetivos, não conseguindo, dessa forma, sair do papel, da lei.

Não podemos mais aceitar que decretos de lei ou determinações internas das equipes pedagógicas de nossas escolas definam, de fora do processo, o que deve e, em que momento, deve ser ensinado aos nossos alunos, sem ter o mínimo de conhecimento da realidade do grupo a ser trabalhado. Essa reflexão não pretende desmerecer o trabalho dos professores, que tem um currículo disciplinar e um prazo predeterminado para trabalhá-lo, mas penso que precisamos iniciar efetivamente um trabalho que venha ao encontro dessa nova cultura, acreditando ser possível a transformação.

Se temos o objetivo de impactar a sociedade, transformando os sujeitos para uma consciência ecológica, para que estejam mais comprometidos com as questões ambientais, com uma postura de pertença à natureza, entendendo a escola como espaço de socialização e construção. Assim, precisamos pautar nossas ações a partir do contexto no qual os sujeitos estão inseridos. E, para isso, precisamos, primeiramente, fazer uma reflexão sobre o que se entende por consciência ecológica, no sentido de compreender que relação esperamos dos sujeitos com o meio ambiente.

Da mesma forma como a lei serve como um elemento que garante alguns direitos fundamentais, também nos faz refletir sobre sua imposição, que acaba construindo um efeito contrário se não vier acompanhada de um debate coletivo com a sociedade, para promover a conscientização sobre sua importância. Nesse contexto, a criação de leis deve estar acompanhada de um projeto de educação.

Percebo isso também em relação às leis ambientais, que acabam não tendo a preocupação de conscientizar a população da importância da preservação e conservação das espécies, principalmente para a preservação de grandes áreas de ecossistemas “intocados” pelo ser humano, por meio da criação de parques e reservas, que pregam o afastamento do ser humano de suas terras, de sua cultura, inviabilizando qualquer ação, como me parece ser o caso do Plano de Manejo do Parque Estadual do Tainhas.

Isso me remete a pensar que não se pode esperar dos seres humanos uma relação de equilíbrio com o meio ambiente se não usarmos leis de controle. No entanto, precisaríamos necessariamente de decretos de leis que, de certa forma, “expulsam” os homens de seu habitat natural, para que se consiga preservar determinadas áreas? Que entendimento da relação homem/natureza tem os que definem as leis ambientais? De que forma a sociedade civil organizada participa da elaboração de tais leis?

O que vejo é um total descaso tanto com a natureza, com os seres humanos, parte integrante dessa natureza, que, assim como qualquer outra espécie que habita determinado espaço a ser preservado, também está ali com sua história, com sua cultura, que deveriam ser preservadas. Essa é a realidade de pessoas que habitam áreas de preservação ambiental (como revela o foco deste trabalho no município de Jaquirana) e que, na grande maioria das vezes, são vistas como ameaças ao ecossistema e, por isso, para não causarem mais problemas e para resolver o caso com menos trabalho, simplesmente são expulsas dessas áreas. Criam-se, então, outros problemas, que poderiam ser evitados se houvesse um debate mais claro com a própria população e políticas públicas que garantissem a sobrevivência dessas pessoas. Mantê-las em seu habitat e mostrar-lhes qual e como deveria ser sua relação com o meio ambiente, por outro lado, exige um árduo trabalho de mudança cultural. Ou ainda, exige daqueles que definem as leis aceitar a cultura que ali se apresenta e, com base nessa cultura, em um trabalho coletivo, mostrar novos caminhos rumo à sustentabilidade esperada.



Sei que existe, por parte de alguns, um descaso com a natureza, mas, muitas vezes, as ações predatórias dos humanos com o meio ambiente se dão na inocência, na falta de informação. Porque, por gerações e gerações, realizavam suas atividades de determinada maneira e assim aprenderam e praticaram por séculos. Agora, se queremos e necessitamos de uma relação diferente, não podemos desprezar a cultura dos povos, precisamos, por meio de um diálogo, apresentar propostas de como fazer diferente e mostrar os ganhos que essa mudança trará para as futuras gerações. Só assim acredito que conseguiremos conquistar a sustentabilidade esperada, através da inclusão dos seres humanos e não da exclusão.

Precisamos, antes de tudo, mudar o nosso modo de ver o outro (seres humanos, animais, plantas, etc.), para vê-lo com o respeito que merece, valorizando sua cultura e seu espaço no mundo, entendendo sua relação com o meio ambiente como necessária.

Venho percebendo, ao longo deste apanhado de teorias, uma recorrente afirmação da necessidade de um trabalho voltado à cidadania, da importância do respeito e valorização das diversidades culturais, do trabalho participativo, sempre levando em consideração o contexto social dos envolvidos, mostrando-nos a importância do trabalho socioeducativo. Enfim, muitas foram as reflexões até o momento que contribuíram para a análise crítica da documentação do Parque estadual do Tatinhas, buscando entender suas propostas de educação ambiental.

### 3 PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DO TAINHAS



Figura 3 – Jaquirana/RS  
Fonte: a autora

### 3.1 EM QUE CONTEXTO SURGE

Destaca-se a importância de compreendermos o contexto que possibilitou a organização deste plano e no que ele consiste. De acordo com Benke e Duarte<sup>9</sup>, no Rio Grande do Sul, apesar de algumas áreas já existirem efetivamente como unidades de conservação há várias décadas, outras, apesar de criadas há bastante tempo, nunca foram efetivadas nem estão cumprindo as finalidades para as quais foram criadas, como é o caso do Parque Estadual do Tainhas, cuja criação ocorreu por meio do Decreto Estadual nº 23.798, de 12 de março de 1975.

O plano de manejo é um documento que visa a orientar as ações do Parque Estadual do Tainhas no que diz respeito à desapropriação das terras, a atividades de educação ambiental e ao turismo local. Mas, mesmo tendo sido criado em 1975, as atividades só iniciaram efetivamente em 2008, data da criação desse documento.

Estratégias claras para a proteção da biodiversidade necessitam ser colocadas em ação imediatamente, sob o risco de, em poucas décadas, não haver mais o que proteger. Dessa forma, o Plano de Manejo do Parque Estadual do Tainhas tem vigência de cinco anos, a contar da data da sua criação, 2008. Esse plano estabelece ações prioritárias para o funcionamento da Unidade de Conservação (UC), tais como: regularização fundiária, administração, recuperação de áreas degradadas entre outras.

Segundo Benke e Duarte (2008), o Parque Estadual do Tainhas possui como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. E, objetivando entender de que educação ambiental essa legislação está falando, é que se entendeu imprescindível fazer um breve estudo do campo específico sobre dessa temática.

---

<sup>9</sup> Conforme Plano de Manejo do Parque Estadual do Tainhas. Disponível em: <[http://www.sema.rs.gov.br/sema/html/manejos/PM\\_TAINHAS\\_30set08.pdf](http://www.sema.rs.gov.br/sema/html/manejos/PM_TAINHAS_30set08.pdf)>.

### 3.2 PROPOSTA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PRESENTE NO DOCUMENTO

O plano de manejo do Parque Estadual do Tainhas apresenta, em seus objetivos, ações que contemplam atividades de educação ambiental. Dessa forma, pretende-se realizar um profundo estudo objetivando identificar se aponta caminhos para a construção de uma consciência ecológica ou para o que Carvalho (2006) denomina de “sujeito ecológico”.

O plano de manejo, segundo Benke e Duarte (2008), prevê as seguintes ações no campo da educação ambiental: estabelecer *parcerias com proprietários* rurais para implantação de trilhas interpretativas; orientar os proprietários do entorno na implantação de trilhas interpretativas; realizar *palestras educativas* para as comunidades do entorno; desenvolver *atividades de educação e extensão* para diminuição dos conflitos entre animais silvestres e propriedades particulares na região; capacitar *professores de escolas das comunidades locais para atuar como condutores* em trilhas de educação ambiental no entorno do PE Tainhas; contribuir para a organização de  *cursos de capacitação de professores da rede pública de ensino*; gerenciar, junto às secretarias municipais e estadual de educação, a *incorporação de conteúdos relacionados à UC no currículo escolar* e manter cronograma permanente de palestras nas escolas da região do parque.

Considerando que, segundo Castro e Ferreira (2006, p. 332), “Alguns aprendem de forma individual, enquanto outros preferem aprender ativamente, interagindo com outros”, é que questiono alguns aspectos das ações descritas no plano de manejo. Por exemplo, no que tange a dinâmicas de *palestras* como ação educativa, o plano não entende que são destinadas a um determinado público, pois seguem um roteiro de apresentação pronto, sem levar em consideração os estilos de aprendizagem dos sujeitos envolvidos nesse processo. Também não leva em consideração a continuidade do diálogo com a comunidade.

No que diz respeito à ação que prevê uma gestão junto às secretarias municipais e estadual de educação, que visa à incorporação de conteúdos ao currículo escolar relacionados à Unidade de Conservação, não se faz menção ao aspecto já presente nos PCNs em relação às temáticas transversais dedicadas à problemática ambiental.

Percebo, também, em outras ações previstas, a questão das trilhas interpretativas como metodologia de educação ambiental. Nesse sentido, acredito que as

trilhas interpretativas apontam para uma visão naturalista do meio ambiente, reduzindo a ação educativa à mera atividade explicativa, não contribuindo para a construção de uma consciência ecológica. Segundo Carvalho (2006, p. 80),

Como recurso pedagógico, em geral as trilhas estabelecem previamente um roteiro para a caminhada, em conformidade com o qual um grupo de visitantes, seja formado pelo chamado 'grupo em geral', seja por grupos mais homogêneos, como alunos de determinada série escolar, é conduzido por um monitor [...] Embora se chamem 'interpretativas', tais trilhas, em sua concepção pedagógica, poderiam antes ser denominadas explicativas.

A única ação que prevê uma articulação direta com os professores das escolas objetivando construir uma relação mais estreita entre a comunidade e o Parque ET propõe capacitá-los, ou melhor, treiná-los, como refere o texto, para a atuação como condutores em trilhas. Considerando toda a trajetória, a bagagem cultural e as demandas da sala de aula dos professores, penso que lhes compete muito mais do que uma simples condução em trilhas. Isso surge como uma atividade pontual e instrumental, novamente sem prever uma ação continuada e integrada às demandas do dia a dia escolar, trasversalizando o ensino como propõe os PCNs.

Destaco também a ação que prevê outra atividade educativa, cujo objetivo é amenizar conflitos entre animais silvestres e propriedades particulares na região, que, segundo apontamento no diagnóstico realizado para a elaboração do Plano de Manejo, existem na região. Para tanto, acredito que o primeiro passo seria um trabalho educativo, sempre partindo da realidade dos sujeitos, buscando inicialmente entender o porquê dos conflitos, para juntos buscarem alternativas objetivando a conscientização das pessoas sobre a importância da conservação das espécies. O resultado e a consequência desse trabalho seria a amenização dos conflitos.

Convém destacar, ainda, que os objetivos do programa de educação ambiental do Plano de Manejo são:

- Informar a população em geral sobre a existência do PE Tainhas, suas características;
- promover a integração da comunidade com a UC através de atividades de educação e conscientização ambiental;
- promover a sensibilização da comunidade em relação à preservação do meio ambiente, fazendo com que as ações ocorram naturalmente e não como uma obrigação (BENKE; DUARTE, 2008, p. 171).

Por meio desses objetivos e, com base nas ações previstas anteriormente, é possível pensar na real possibilidade da sensibilização da população do entorno do

PE Tainhas. As ações previstas para atividades junto às comunidades de entorno, que aparecem mais destacadas, são de caráter informativo. Mesmo que o documento aponte a preocupação das ações ocorrerem de forma natural e não como uma obrigação, entendo que a informação vinda de cima, sob a forma de lei, dificulta o processo de envolvimento e comprometimento de todos, visto que, na grande maioria das vezes, apontam para realidades diferentes do que a que se apresenta na prática.

Entendendo que esse documento tem cinco anos de prazo de execução, que foi aprovado em setembro de 2008, já tendo passado um ano e meio de legitimação, e que contempla diversas ações de caráter informativo, os “boatos” da população Jaquiranense sobre a instalação de um parque na região parecem pertinentes. Desse modo, o principal questionamento que perpassou toda esta pesquisa foi por que esses esclarecimentos e essas informações ainda não chegaram até a população. Percebi que, por meio da disseminação desses “boatos”, os principais atores e multiplicadores da importância da conservação da região encontram-se alheios a esse processo de compreensão sobre a importância do Parque para suas vidas e para a região.

Nesse sentido, fui buscar, por meio da leitura e análise do Plano de Manejo, a interlocução com o Poder Público, para saber de que forma gestores do parque, Secretaria de Educação, Turismo e Meio Ambiente dialogam na perspectiva de possibilitarem efetivamente um trabalho no campo da educação ambiental no município de Jaquirana.

#### 4 O QUE ENCONTRAMOS NAS TRILHAS PERCORRIDAS



**Figura 4 – Jaquirana/RS**  
Fonte: a autora

#### 4.1 METODOLOGIA: PENSAR O CAMINHAR E SUAS TRILHAS

Esta pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa, nesse sentido, vale ressaltar que, para Ludke e André (1986, p. 11), “A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento”, portanto, minha presença, como pesquisadora, foi fundamental para identificação dos aspectos que fogem à formalidade dos instrumentos, mas que se constituíram elementos importantes para a compreensão deste estudo.

Passo, então, a descrever os caminhos que trilhei para esta análise.

Como primeira etapa, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com o intuito de compreender as diferentes discussões sobre educação ambiental, apreendendo conceitos que foram fundamentais nas análises dos documentos e das ações de E.A no município de Jaquirana. Segundo Lakatos e Marconi, (1992, p. 44), o “[...] levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas, impressa escrita pode ser considerada como primeiro passo de toda pesquisa científica”.

Em um segundo momento, foi realizada a análise de documentos, tendo como principal foco o Plano de Manejo do Parque Estadual do Tainhas, que possibilitou compreender as propostas e ações do Estado no que se refere à educação ambiental.

Para complementar essas leituras e análises, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com representantes do Poder Público local, tais como, Secretários/as do Meio Ambiente, da Educação e do Turismo e com o gestor do Parque Estadual do Tainhas, a fim de conhecer as ações de educação ambiental no Município de Jaquirana realizadas e/ou propostas por eles, bem como seu entendimento e envolvimento com essa temática.

E, para concluir, como quarta e última fase, parti para a organização e análise do material coletado. Para tanto, optei pelo método de análise do conteúdo. Segundo Laville e Dione (1999, p. 216), “A análise de conteúdo não é, contudo, um método rígido, no sentido de uma receita com etapas bem circunscritas que basta transpor em uma ordem determinada para ver surgirem belas conclusões”.

Para tanto, realizei a transcrição literal das entrevistas e, após, fiz recortes desses conteúdos, denominados por Laville e Dione (1999) de unidades de análise, entendendo serem os recortes portadores de sentido às intenções da pesquisa. Es-



ses recortes ultrapassaram as unidades de análise que foram extraídas dos objetivos da pesquisa, ampliando-se para dados que se sobressaíram ao material analisado, seja por falas recorrentes ou mesmo pontuais, mas que se mostraram fundamentais para serem incorporadas a esta análise, visto a aproximação com a intencionalidade da pesquisa.

Em um segundo momento, já com as unidades de análise organizadas, defini as categorias analíticas. Para tanto, optei pelo modelo misto, visto que permite ao pesquisador uma maior flexibilidade frente aos dados coletados. De acordo com Laville e Dione (1999, p. 222),

Em suas análises e interpretações o pesquisador não quer se limitar à verificação da presença de elementos predeterminados; espera poder levar em consideração todos os elementos que se mostram significativos, mesmo que isso o obrigue a ampliar o campo das categorias, a modificar uma ou outra, a eliminá-las, aperfeiçoar ou precisar as rubricas...

Os autores anunciam que não há uma ordem entre a definição das unidades de análise e das categorias analíticas, dessa forma, após definidas, passei para a fase da categorização final, que, segundo Laville e Dione (1999, p. 223), “Trata-se de considerar uma a uma das unidades à luz dos critérios da grade de análise para escolher a categoria que convém melhor a cada uma”. Após essa árdua organização e sistematização, parti para uma análise mais detalhada desse material, objetivando encontrar as respostas aos questionamentos iniciais desta pesquisa.

Para tanto, após análise das entrevistas realizadas, selecionei as seguintes categorias analíticas como orientadoras de minhas leituras sobre os dados coletados: diálogo entre poderes, visão de educação ambiental e olhar sobre as leis.

#### 4.2 A FALA ENTRE AS ESFERAS DO PODER PÚBLICO: DIÁLOGOS POSSÍVEIS?

Ao se aproximar o período de iniciar a escrita do projeto de pesquisa de conclusão do curso, tinha uma ideia muito vaga desse campo empírico, bem como da temática ambiental. Iniciei algumas pesquisas na internet, onde encontrei o documento denominado Plano de Manejo do Parque Estadual do Tainhas, que já tinha um ano de legitimação. Soube também que algumas ações estavam sendo implementadas e que faziam sentido os “boatos” da comunidade sobre a desapropriação de terras de alguns moradores com propriedades dentro das limitações do Parque.

Dessa forma, optei em me aproximar do Poder Público para verificar as ações de EA realizadas pelas Secretarias da Educação, Meio Ambiente, Turismo e pelo gestor do Parque Estadual do Tainhas, a fim de identificar se contemplavam informações referentes ao parque, bem como a conscientização da população Jaquiranense sobre sua importância para a sustentabilidade local. Esse apanhado de material advindo das entrevistas com o Poder Público contribuiu para essas análises, uma vez que permitiu identificar as concepções de educação ambiental desses sujeitos e suas ações e atitudes frente à problemática ambiental, principalmente no que se refere à instalação do Parque Estadual do Tainhas (PE Tainhas) na região.

Durante esta pesquisa, muitas vezes, questionei-me em que momento a comunidade Jaquiranense estaria envolvida nas ações que visam à conscientização sobre a importância que esse Parque representa para o município. Ocorreu que, na fase das entrevistas, surpreendentemente, as informações mostravam que nem o próprio Poder Público, em suas diferentes esferas, Secretaria da Educação, do Meio Ambiente e do Turismo do município de Jaquirana, e o Gestor do PE Tainhas mantinham uma comunicação sobre o PE Tainhas.

Dessa forma, como é possível esperar um maior entendimento e esclarecimento da população em geral se o próprio Poder Público não dialoga entre si nem com a comunidade? Segundo a Secretária da Educação de Jaquirana (Secretária da Educação, entrevista, 2010), “Às vezes, as pessoas não tem a clareza necessária, [...] muitas vezes, não faz até por não saber que dá para fazer, né. Pelo que a gente tem visto assim, falta muita informação, muita”. Essa colocação demonstra que há uma consciência por parte do Poder Público da ausência de informações sobre as questões ecológicas por parte da população, no entanto, não reconhece sua responsabilidade com a construção dessa consciência.

O gestor do PE Tainhas, em alguns momentos, diz que, de sua parte, já houve um movimento de aproximação com a comunidade e com outras instâncias do Poder Público, objetivando socializar informações referente às ações e aos encaminhamentos do PE Tainhas. “Procurar eles a gente procurou, a gente avisou eles que ia ter, por exemplo, aquele dia da palestra, a gente fez contato convidando, tanto que o secretário de Jaquirana foi, né, este Iberê, ele foi, compareceu, esteve lá presente” (Gestor do Parque Estadual do Tainhas, entrevista, 2010). Dessa forma não fica claro o porquê da Secretária da Educação ainda não ter buscado uma parceria e esclarecimentos com o gestor do PE Tainhas, uma vez que ela prontamente

anuncia (Secretária da Educação, entrevista, 2010): “Eu não conheço o documento ainda que institui o parque”.

Uma possibilidade seria a espera de um movimento direto da comunidade jaquiranense em busca de esclarecimentos sobre o parque e sua importância para a população. Mas o Poder Público deve ficar à espera dessa mobilização ou deve contribuir com a construção dessa consciência ambiental? A Secretária de Educação relata que houve um impacto inicial na comunidade com relação à instauração do Parque Estadual do Tainhas:

Aquele auê em função da dúvida, né, de como vai ser, porque existe ainda aquela ideia, o governo vai vim aqui tomar parte do que é nosso, nós não vamos mais poder fazer nada, e como é que isso vai ficar para os proprietários, porque daí já tem toda a função do gado que vai ficar complicada, porque daí mexe em toda a estrutura, na renda do município. Então, num primeiro momento, o impacto foi esse. (Secretária da Educação, entrevista, 2010).

Dando sequência a essa análise, segue trecho da entrevista com o gestor do Parque Estadual do Tainhas, que afirma ter conhecimento da falta de comunicação entre os Poderes Públicos,

Acho que a dificuldade mesmo é a comunicação que eu vejo assim, o município de Jaquirana também nunca pensou em procurar, nunca algum professor de lá pensou olha temos aquele local que vale a pena, nunca pensou em vim nesta direção e também como eu to novo aqui tenho oito meses não tive tempo de pensar, ir lá procurar eles, bah, pensar como é que eu vou inserir, como é que eu insiro isso dentro do calendário escolar deles, né, sabe, fazer uma reunião mesmo, faltou é, faltou uma comunicação (Gestor do Parque Estadual do Tainhas, entrevista, 2010)

Dessa forma, percebo que uma das grandes questões que se sobressai nessa análise é a comunicação; uma comunicação no sentido mais amplo, que permita uma ação conjunta, indo além de ações pontuais. Poder-se-ia pensar até em alguma ação que fosse pontual (como sugere a citação abaixo), como uma palestra informativa no PE Tainhas, desde que tenha uma continuidade, chegando até as escolas, promovendo uma comunicação e um planejamento participativo. Porém, esse não é o entendimento do gestor do PE Tainhas. Para ele,

A educação ambiental geralmente ela se caracteriza por ter ações pontuais, né, tu não consegue desenvolver um trabalho todo o desenvolvimento educacional da criança, pegar desde a primeira série e fazer um trabalho até a saída no terceiro ano, é impossível isso (Gestor do Parque Estadual do Tainhas, entrevista, 2010).

Será isso impossível mesmo? Para tanto, é importante pensar qual é o entendimento que esse gestor tem de educação ambiental (EA) e qual é o entendimento dos secretários do Poder Público.

#### 4.3 A VISÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Diante da afirmação anterior do Gestor do PE Tainhas, de que a EA caracteriza-se por ações pontuais, penso ser importante refletir sobre o entendimento do Poder Público em relação a essa prática.

Desse modo, pergunto-me se as ações pontuais, na perspectiva desse gestor, também seriam as realizadas pela grande maioria das escolas de educação infantil, tais como: fechar a torneira enquanto se escova os dentes, apagar as luzes das peças que não estão sendo utilizadas, separar seletivamente o lixo doméstico entre tantas outras. Mas, de que forma essas ações são capazes de provocar reflexões que vão além delas mesmas? Por exemplo, a experiência da horta na escola, que tem provocado, em muitos espaços, uma consciência maior sobre as questões ecológicas, mas também alimentares, de postura e qualidade de vida, de consumo e tantas outras reflexões que permeiam essa ação educativa.

É possível perceber que, na comunidade de Jaquirana, algumas ações como essas já fazem parte da realidade de muitos moradores, sem que tenham consciência de sua importância não somente para a sobrevivência, mas para a própria comunidade e o lugar onde vivem. Nesse sentido, essas ações devem ser ampliadas e socializadas, valorizando o conhecimento produzido nessa comunidade. O Secretário do Meio Ambiente (Secretário do Meio Ambiente, entrevista, 2010) relata: “O que tu plantar dá, aqui dá, o que tu plantar dá, em cima da serra, plantar milho, feijão, o que plantar dá”. O Secretário do Turismo acrescenta que (Secretário do Turismo, entrevista, 2010): “Então é uma questão de sobrevivência, né. Plantam o milho, hortigranjeiros, pastagem alguma coisinha, moranga, batata, né, e feijão que é o principal”. Portanto, é preciso pensar ações conjuntas, que partam da realidade dos sujeitos e de suas experiências. Porque então antes de pensar em uma aproximação da comunidade com o PE Tainhas, não se pensam ações que partam das experiências vividas pela própria comunidade, permitindo que ela se conheça? Segundo Carvalho (2006, p. 130), esse seria o desafio dos educadores ambientais:

Com os outros profissionais da área, o educador ambiental compartilha o desafio gerado pela complexidade das questões. Isso implica atitude de investigação atenta, curiosa, aberta à observação das múltiplas inter-relações e dimensões da realidade e muita disponibilidade e capacidade para o trabalho em equipe. Significa construir um conhecimento dialógico, ouvir os outros saberes, tanto os científicos quanto os outros saberes sociais (locais, tradicionais, das gerações, artísticos, poéticos, etc.); diagnosticar as situações presentes, mas não perder a dimensão da historicidade, ou seja, dar valor à história e à memória que se inscreve no ambiente e o constitui, simultaneamente, como paisagem natural e cultural.

Em outro momento de sua entrevista, o gestor do PE Tainhas (Gestor do Parque Estadual do Tainhas, entrevista, 2010), relata que “Ao mesmo tempo, se tu pega pontualmente a criança, tu tem que estar ali com o adulto que vai estar todo dia ao lado delas, né, os pais, né, que eles também têm que saber que a visão de uso do mundo mudou, né”. Faço aqui duas observações: parece-me que esse gestor não acredita no potencial multiplicador das crianças, pois fica claro, em sua fala, a crença em uma hierarquia na educação, nesse caso, dos adultos em relação às crianças. Também destaco o fato de, quando esse gestor pensa o espaço escolar, reforça a ideia de ações pontuais no que tange à educação ambiental, mas, quando se refere à família, destaca a necessidade de ações permanentes, reforçadas pelos pais. Pergunto-me, então, por que a escola não pode também representar, na figura do seu educador, um espaço de educação ambiental permanente?

Já a Secretária da Educação, embora tenha relatado muitas ações pontuais, demonstra um grande interesse em ir além, transformando as atuais ações, dando-lhes um caráter permanente, como relata: “A nossa ideia é que a questão ambiental tem que ser uma coisa permanente, não pode ser só na semana do meio ambiente, nem só no dia da árvore, porque é uma questão muito ampla, para dar conta de tudo é muita coisa” (Secretária da Educação, entrevista, 2010).

Destaco que, para se conseguir efetivamente realizar um bom trabalho de educação ambiental, objetivando conscientizar a população jaquiranense sobre a importância da preservação da riqueza natural do município, a proposta deve iniciar pelo Poder Público, uma vez que demonstra insegurança e desconhecimento frente a muitas questões ambientais, e, segundo Gadotti (2000, p. 85), “Nós somos todos professores e alunos diante da tarefa de reaprender esses valores com um sabor existencial profundo que une cultura e natureza”.

Pude constatar, por meio dos trechos das entrevistas abaixo, a problemática visão da questão ambiental que nos conduz à necessidade do exercício de (re) aprender a conviver com a nossa mãe natureza: “A queima é um mal necessário, se entende assim aqui na região, e não vai se mudar esta ideia, não é uma queimada, é uma limpeza de área com uso do fogo. Então aqui tem isso, caça e pesca ilegal” (Secretário do Turismo, entrevista 2010). Complementando essa ideia, a Secretária da Educação do município de Jaquirana disse:

Numa cidade, por exemplo, como Novo Hamburgo e Caxias, se todo mundo for queimar o plástico que não recicla, eu acho que o impacto vai ser grande, porque daí é muita gente queimando, mas aqui em Jaquirana, com toda essa natureza que nós temos ao redor (risos), eu acho que é menos pior mandar que se lance na atmosfera do que, que vá para não sei aonde e que vai produzir o gás do mesmo jeito (Secretária da Educação, entrevista, 2010).

Nesse sentido, percebo que o Poder Público faz uma leitura do meio ambiente analisando e pensando somente na sua realidade, não percebendo os impactos das ações realizadas no município de Jaquirana afetam também outras regiões. Nessa direção, trago parte da entrevista do Secretário do Turismo, que disse:

A água, ela sai limpa daqui, a senhora pode chegar no rio Tainhas e pegar uma chaleira lá e esquentar a água para o chimarrão com a água do rio, não vai dar mais do que uma dor de barriga. Aí que chega no rio Gravataí, em POA, chega no Santa Fé, nos afluentes ali, pega todo o esgoto químico daquelas indústrias, daqueles hospitais, tudo vai parar dentro do Guaíba, **então não adianta proteger aqui nas nascentes, né.** (Secretário do Turismo, entrevista, 2010, grifo nosso).

Corroborando com o Secretário do Turismo, temos o relato do Secretário do Meio Ambiente que disse: “Um dia, na reunião, a gente disse: é lá que vocês têm que cuidar, nosso rio aqui é limpinho, não tem que cuidar, o povo cuida. O Tainhas é limpo, aí ali já cai junto à poluição, e aí vai, quanto mais para baixo, mais poluído” (Secretário do Meio Ambiente, entrevista, 2010).

Dessa forma, percebo que a população jaquiranense, em algumas ações, já revela uma preocupação com o meio ambiente, como é o caso do cuidado com o rio, pois consegue preservar suas nascentes limpas. Mas, por outro lado, há a queima de campo, a caça e pesca que, conforme o Secretário do Turismo, são práticas ilegais. E, de acordo com a Secretária da Educação, essa é uma marca muito forte da população, sendo inclusive referência quando se pensa a problemática ambiental, como pode ser observado em seu relato:

E assim, quando a gente começa a falar da questão ambiental, eu não sei por que, mas aqui em Jaquirana, por exemplo, na nossa realidade, quando se fala na questão ambiental, o que as pessoas associam geralmente é a questão da extração madeireira, em função do cuidado de não tirar o que não deve (Secretária da Educação, entrevista, 2010).

Penso que, para essa comunidade, os caminhos a serem seguidos devem contemplar o que Carvalho (2006, p. 181) afirma ser o desafio da educação ambiental, ou seja,

Ir além da aprendizagem comportamental, engajando-se na construção de uma cultura cidadã e na formação de atitudes ecológicas. Isso supõe a formação de um sentido de responsabilidade ética e social, considerando a solidariedade e a justiça ambiental como faces de um mesmo ideal de sociedade justa e ambientalmente orientada. A formação de atitude orientada para a cidadania ecológica vai gerar novas predisposições para ações e escolhas por parte das pessoas. Nesse caso, mais do que apenas comportamentos isolados, estaremos em face de um processo de amadurecimento de valores e visões de mundo mais permanentes.

Segundo o gestor do Parque Estadual do Tainhas (gestor do Parque Estadual do Tainhas, entrevista, 2010), trazer à tona a problemática ambiental é fundamental e importante. O que não fica claro, para ele, é a forma de conduzir o processo, pois relata que “Tem várias maneiras, né, eu já não tenho uma visão clara de qual é melhor forma de chegar até as pessoas, tanto as pessoas que já tem um grau de conhecimento bom assim, escolaridade alta, quanto aquela pessoa humilde que não conhece”. Mas, ao mesmo tempo, em outro momento de sua entrevista, apresenta caminhos possíveis para focar a problemática ambiental. Segundo ele (gestor do Parque Estadual do Tainhas, entrevista, 2010, grifo nosso), “O maior resultados com os adultos é através da **divulgação das leis**, né, e com as crianças é através da conscientização da importância”. Em que esse gestor se embasa quando pensa que, em relação aos adultos, o trabalho de conscientização deve ser permeado pela divulgação das leis que surgem como um elemento controlador da ação? Nesse sentido é que busco entender por que o Poder Público enfatiza o aspecto legal, que é acompanhado por uma ideia de punição, por meio da fiscalização e do fazer cumprir as leis ambientais.

#### 4.4 OLHAR SOBRE AS LEIS

Para refletir sobre a relação que se estabelece entre aqueles que fazem cumprir a lei e aqueles que, de certa forma, se sentem ameaçados ao serem fiscalizados, parto da fala do gestor do Parque Estadual do Tainhas.

Mas o grande problema é que é feito sem, eles não respeitam, tem o regramento e eles não respeito o mínimo das leis ambientais, né, e quando pressionados, eles ficam brabos, eles estão errados e se acham com a razão, então isso aí dá um desgaste, um conflito, porque tu tá querendo meramente cumprir a legislação ambiental, que fala sobre os distanciamentos de rios, dos riachos, afloramento rochosos de encostas, boca de morro, aí tu chega lá e eles acham que, um pouco do histórico, né, geralmente são pessoas que nunca precisaram pedir licença para ninguém para fazer o que queriam, né, então, a partir do momento que tu tem, **e ninguém gosta de ser fiscalizado**, então, a partir do momento que tu tem alguém te fiscalizando, te dizendo, não tu não pode fazer assim de qualquer forma, tu tem que fazer assim, aí acaba criando conflitos (Gestor do Parque Estadual do Tainhas, entrevista, 2010, grifo nosso).

Mesmo sabendo dos conflitos, o trabalho de fiscalização coloca-se como prioritário para esse gestor, visto que ele próprio relata: “A gente faz constantes fiscalizações nesta base de campo, a gente vai até a região, posa na casa, é uma base de apoio, tanto para fiscalização como **futuramente** para E.A” (Gestor do Parque Estadual do Tainhas, entrevista, 2010, grifo nosso). Com base nesse relato, parece que o fazer educativo no campo ambiental para esse gestor realmente fica em segundo plano. Para tornar mais clara essa ideia, segue outro relato, em que o mesmo gestor demonstra um total desconhecimento da própria região que o Parque abrange.

Agora a questão que a gente quer começar, não deu **tempo** ainda de parar, pensar em elaborar é realmente começar a ir nas escolas. Eu nem sei quantas escolas municipais tem lá. Deve ter só municipal, não deve ter estadual, né? É então a ideia é fazer um levantamento de quantas escolas têm, tem que fazer primeiro um levantamento logístico antes de fazer qualquer ação, né, primeiro preciso saber quem são, onde estão (Gestor do Parque Estadual do Tainhas, entrevista, 2010, grifo nosso).

Diante do exposto, é possível perceber que houve tempo para realizar ações de execução de leis e fiscalização, mas, para o que se refere à educação, a um trabalho que pretenda lentamente construir uma consciência ecológica, nada foi feito. Acredito que um trabalho bem desenvolvido evitaria conflitos, possibilitando a compreensão da importância ambiental, mas o gestor pensa esse trabalho como um



planejamento futuro, dando a entender que ele não tem muita credibilidade para esse tipo de ação.

A Secretária de Educação de Jaquirana demonstra estar dando seus primeiros passos, mas também percebi uma grande preocupação com o fazer cumprir uma legislação, sendo guiada por decretos de leis, como se pode perceber em seu relato.

Existe uma previsão do governo federal de uma formação continuada para os professores para educação ambiental. Então nós temos isso **pactuado** (risos) [...] a gente também tem **pactuado** que, na construção do projeto político pedagógico da escola, a questão ambiental tem que estar presente. [...] então vai existir uma metodologia por parte do governo federal e a gente tem que incluir isso, **tem que estar previsto** no nosso projeto político pedagógico (Secretária de Educação, entrevista, 2010, grifo nosso).

Nesse contexto, pergunto-me se existe algum movimento motivado unicamente pelo desejo de preservação, de transformação e comprometimento com a problemática ambiental ou se esses primeiros passos relatados estão sempre atrelados a obrigações legais. Podemos observar isso em mais um trecho de sua entrevista, em que ela diz que “Surgiu a questão, e isso a gente quer ver se consegue contemplar nesta semana do meio ambiente, assim, as dúvidas das pessoas, do pessoal das madeireiras e mesmo o pessoal da sociedade quanto à **figura dos fiscais**” (Secretária da Educação, entrevista, 2010, grifo nosso).

No que se refere a ações do Estado, Gadotti (2000, p. 177, grifo do autor) afirma que

O estado pode e deve fazer muito mais no que se refere à **educação ambiental**. Mas, sem a participação da sociedade e uma formação comunitária para a cidadania ambiental, a ação do estado será muito limitada. Cada vez mais, neste campo, a participação e a iniciativa das pessoas e da sociedade é decisiva.

Diante do apresentado anteriormente, mais uma vez, identifica-se uma forte relação de poder que tem como instrumento principal o aspecto legal, distanciando a população cada vez mais das questões ambientais, gerando mais conflitos, impossibilitando o desenvolvimento de uma cidadania ambiental, conforme afirma Gadotti.

## APÓS PERCORRER DIVERSAS TRILHAS: EIS O CAMINHO ALCANÇADO

Após árduo trabalho, de muitas leituras, de dedicação tanto à coleta de dados quanto a análises e à escrita desta monografia, que objetivava encontrar respostas para meus questionamentos, é que me sinto feliz em concluir esta pesquisa e poder apresentar alguns resultados.

Tendo a certeza de que esta pesquisa não se encerra aqui, por isso corroboro Fernando Pessoa (PENSADOR.INFO, 2010), quando diz que

De tudo ficaram três coisas: a certeza de que estava sempre começando, a certeza de que era preciso continuar e a certeza de que seria interrompido antes de terminar. Fazer da interrupção um caminho novo, fazer da queda, um passo de dança, do medo, uma escada, do sonho, uma ponte, da procura, um encontro.

Nesse sentido, acredito que esta pesquisa possa servir de ponte para os educadores, para o Poder Público e para a comunidade de Jaquirana, (re) pensarem o seu fazer pedagógico, o seu fazer-político através da relação estabelecida do Poder Público com a comunidade, para chegarem ao encontro da tão sonhada consciência ecológica.

Quando se pensa os caminhos a serem percorridos para a construção de uma consciência ecológica, acredito que devam se dar por meio do diálogo, percorrendo processos educativos mais preocupados com resultados em longo prazo e que objetivem a transformação dos sujeitos envolvidos. Diante da realidade pesquisada, percebi que a imposição de leis, que objetivam resultados imediatos, e ações pontuais tornam o caminhar cansativo e árduo, gerando, muitas vezes, conflitos como o próprio gestor do parque relata e, dessa forma, não se alcançará nenhum resultado.

Pude perceber, por meio desta pesquisa, que a comunidade, ao se deparar com a legitimação do Parque Estadual do Tainhas, enfrenta mudanças, que geram conflitos e que necessitam de soluções. Para tanto, faz-se necessário, em um primeiro momento, uma articulação entre prefeitura municipal e gestor do Parque Estadual do Tainhas. Mas o que se constatou é que essa comunicação/articulação está falha, o que contribui para a disseminação dos “boatos” visto que não se tem um esclarecimento necessário das ações realizadas por parte do gestor do Parque, invi-

abilizando maiores esclarecimentos e, conseqüentemente, intranquilizando a população.

Aliado a isso, identifiquei ações sendo realizadas isoladamente, mas tendo o mesmo foco: a conscientização de uma mesma comunidade (Jaquirana) sobre um mesmo tema, o Parque Estadual do Tainhas. Acredito que, na educação em geral, e, nesse caso mais especificamente falando da educação ambiental, precisamos unir forças, realizar um trabalho interdisciplinar, como apresentado e proposto nos PCNs.

Com relação ao sujeito que a educação ambiental se propõe a construir, acredito que, para alcançar o objetivo de gerar uma consciência ecológica, ou ainda, um sujeito ecológico como sugere Carvalho, precisamos envolver todos os segmentos da comunidade e, acima de tudo, considerar a cultura local.

Para tanto, acredito que uma educação dialógica é a trilha necessária que temos que percorrer, levando em consideração a valorização cultural. Nesse sentido, Carvalho (2006, p. 82) afirma que

A aprendizagem como ato dialógico requer a compreensão das mútuas relações entre a natureza e o mundo humano [...] o mergulho no diálogo entre sociedade e natureza, tomado como uma interação permanente em que as partes se modificam mutuamente possibilita uma compreensão dinâmica dessa relação.

Assumindo o sentido que Carvalho dá ao diálogo, percebi que, nas ações até então realizadas pelo gestor do Parque do Tainhas, esse critério não foi muito valorizado. Os moradores da comunidade são vistos como seres à parte, incapazes de compreender a problemática ambiental, como se não pertencessem a essa teia, que relaciona e une (seres humanos e natureza). Sem nenhum trabalho, nem mesmo informativo, o Poder Público expulsa as pessoas de seus espaços de convívio e do relacionamento com a natureza, como se isso não significasse um problema. Isso não se confirma diante das tensões que vive a comunidade, criando imagens muitas vezes distorcidas, que geram “boatos” representativos da falta de informação sobre a importância do parque na vida desses moradores.

Esses “boatos” podem ser interpretados, nesse caso, como um grito de socorro por um luto enfrentado, um luto no sentido de ter que abandonar toda história, toda cultura, toda significação que esse pedaço de terra representa para esses sujeitos, que para o Poder Público não significa muito, ou melhor, significa notícias de

jornais, como se pode observar no anexo B. Ali evidencia-se o surgimento de grandes investimentos para a regularização fundiária. Fica a pergunta: onde estão os recursos disponíveis para educação?

Dessa forma, como disse anteriormente, meus questionamentos não terminam aqui, fica a dúvida sobre se o Poder Público continuará fazendo de conta que não está percebendo o “grito de socorro” da população jaquiranense, sem colocar em prática outro modo de fazer educação ambiental.

Como já aprofundei esse debate no decorrer do trabalho, fica aqui a sugestão de efetivamente se colocar em prática o que os PCNs apresentam, a transversalidade das questões ambientais, em uma perspectiva interdisciplinar, proporcionando o encontro, a partilha, a cooperação e, acima de tudo, o diálogo, mobilizando a comunidade em torno de objetivos educacionais mais amplos, que superem os conteúdos disciplinares. E, por fim, que busquem entender o processo educativo como uma “trilha de mão dupla”, onde se possa, além de compreender os sujeitos de maneira mais sistêmica, envolvê-los no processo, contribuindo assim para uma consciência ecológica.

## REFERÊNCIAS

- AMBIENTE, S. do M. Secretário do Meio Ambiente: depoimento [mar. 2010]. Jaquirana: 2010.
- AZIBEIRO, Nadir Esperança; PERASA Ivone Maria; DOLZAN Janiane Cinara. Educação e Intercultura na comunidade Nova Esperança. in BARCELOS, Valdo. **Educação ambiental**: sobre princípios, metodologias e atitudes. Petrópolis: Vozes, 2008. 119 p.
- BENCKE, Glayson Ariel; DUARTE, Marcelo Maisonette (coords.). **Plano de manejo do Parque Estadual do Tainhas**. Porto Alegre: SEMA, 2008, 250 p. Disponível em: <[http://www.sema.rs.gov.br/sema/html/manejos/PM\\_TAINHAS\\_30set08.pdf](http://www.sema.rs.gov.br/sema/html/manejos/PM_TAINHAS_30set08.pdf)>. Acesso em: 14 nov. 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/pesquisa/bbe-online/obras.asp?autor=BRASIL.+MINIST%C9RIO+DE+EDUCA%C7%C3O>>. Acesso em: 25 mai. 2010.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: apresentação dos temas transversais, ética. Brasília: MEC/SEF, 1997, 146 p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2010
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas. Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2010
- CARVALHO, Isabel Cristina Moura. **Educação Ambiental**: a formação do sujeito ecológico. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 256 p.
- CASTRO, Márcia Nardelli Monteiro de; FERREIRA, Luciana Dias Vieira. TD&E a distância: múltiplas mídias e clientelas. In: ANDRADE, Jairo E. Borges; ABBAD, Gardênia da Silva; MOURÃO, Luciana. **Treinamento, desenvolvimento e educação em organizações e trabalho fundamentos para a gestão de pessoas**. Porto Alegre: Artmed, 2006, 576 p.
- EDUCAÇÃO, S. Secretária da educação: depoimento [mar. 2010]. Jaquirana: 2010.
- FÓRUM brasileiro de economia solidária. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br>>. Acesso em: 04 abr. 2010
- FLEURI, Reinaldo Matias: **Intercultura**: estudos emergentes. Ijuí: Unijuí, 2001, 151 p.

GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009, 135 p.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra**. 3. ed. São Paulo: Petrópolis, 2000, 217 p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1981.

LAVILLE, Christian; DIONE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul; Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmado Afonso de. **Fundamentos em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1986.

PENSADOR info. **Frases e pensamentos**. Disponível em: <<http://www.pensador.info/>>. Acesso em: 18 abr. 2010.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2009. 288 p.

RAÍZES do sul. **Contem informações acerca do Rio grande do Sul**. Disponível em: <<http://www.raizesdosul.com.br>>. Acesso em: 02 abr. 2010.

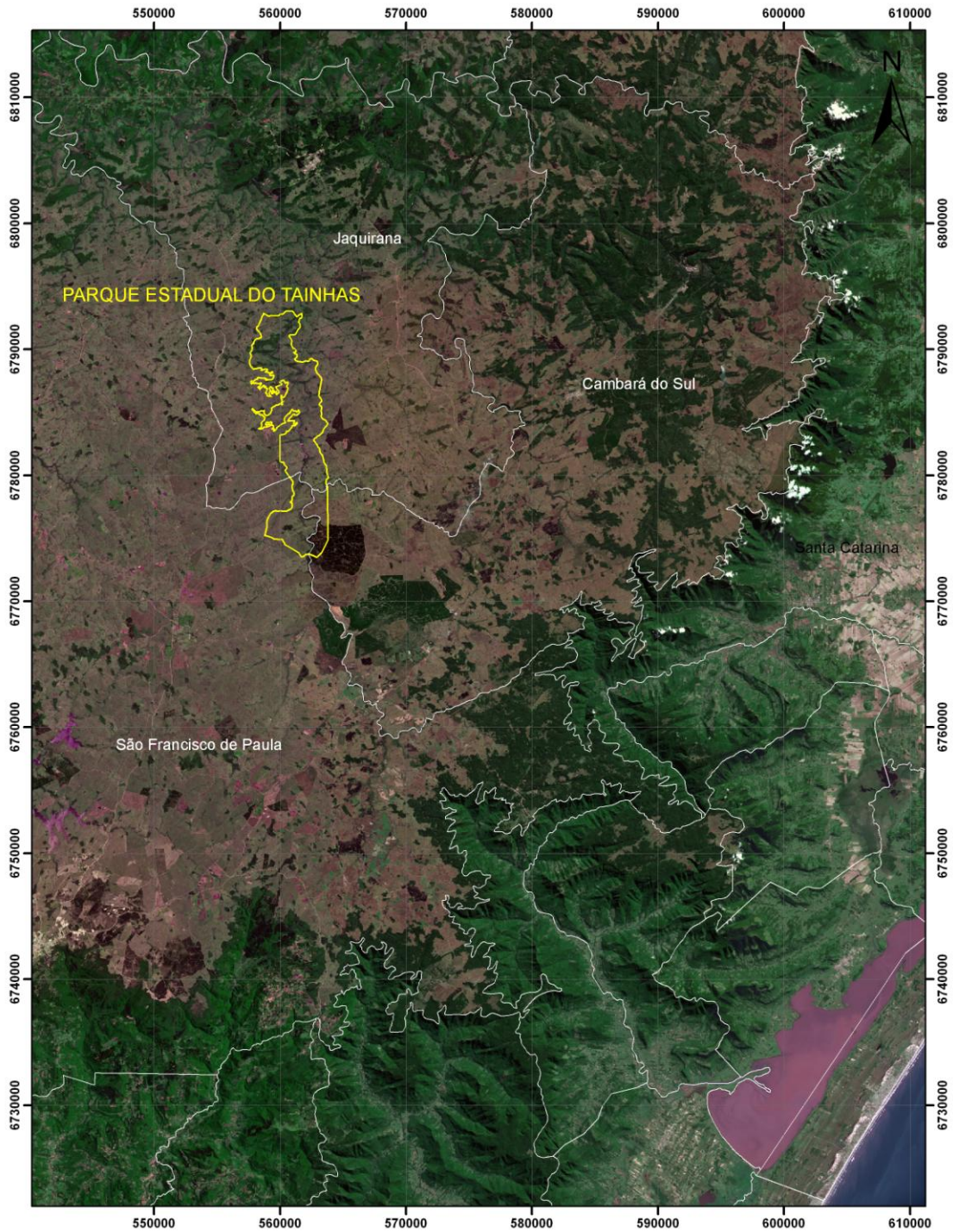
SANTARÉM, Robson Goulart. **Precisa-se (de) ser humano: valores na formação profissional**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004. 179 p.

TAINHAS. G. do P. E. Gestor do Parque Estadual do Tainhas: depoimento [mar. 2010]. Jaquirana: 2010.

TURISMO, S. Secretário do Turismo: depoimentos [mar. 2010]. Jaquirana: 2010.

## ANEXOS

ANEXO A – MATERIAL DISPONIBILIZADO PELO GESTOR DO PARQUE ESTADUAL DO TAINHAS DURANTE SUA ENTREVISTA.



# ANEXO B – MATERIAL DISPONIBILIZADO PELO GESTOR DO PARQUE ESTADUAL DO TAINHAS DURANTE SUA ENTREVISTA

12 ■ SEGUNDA-FEIRA | 29 de março de 2010

CORREIO DO POVO

**Geral**  
 geral@correiodopovo.com.br  
 Editor: Luiz Armin Schuch

## Locais públicos e moradias apagam luzes

Quem passou pela Capital, sábado à noite surpreendeu-se ao passar por alguns pontos turísticos da cidade. Ademais ao protesto mundial denominado Hora do Planeta, foram desligadas as luzes de oito locais públicos: Largo dos Açorianos, praças da Matiz e da Alifanega, viaduto Otávio Rocha, Monumento ao Expedicionário, Fonte Talavera e estátuas do Lapador e de Bento Gonçalves. Era possível ver também residências com as luzes desligadas.

## ONG alerta sobre o aquecimento

A Hora do Planeta é uma ação criada em 2007 pela ONG WWF, que visa conscientizar as pessoas sobre os reflexos do aquecimento global e a incentivar a redução do consumo de energia. As luzes foram apagadas no sábado das 20h30min às 21h30min. No entorno da BR 116, vários 120 outdoors tiveram suas luzes desligadas.

## 15 municípios afetados pela chuva em SC

Subiu de 12 para 15 o número de municípios afetados pelas chuvas que atingiram o estado de Santa Catarina na última semana. Segundo a Defesa Civil, três cidades decretaram situação de emergência: Antônio Carlos, Biguaçu e Ilhota. O último balanço divulgado pela entidade, dia 26, contabiliza uma pessoa morta, 1.207 desalojados, 149 desabrigados e dois feridos. Ao todo, 41.912 pessoas foram afetadas e 836 residências, danificadas.

# Recursos para áreas de conservação

O Salto do Yucumã, uma das atrações do Parque Estadual do Turvo, está entre as unidades de conservação estadual que serão contempladas com recursos da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema) para receber manu-

DELEGAÇÃO / SEMA / CP MARIANA



O Passo do S, no Parque Estadual do Tainhas

tenção. Serão destinados, neste ano, pelo menos R\$ 12 milhões, verba que contemplará os parques estaduais de Itaipuá, do Tainhas, do Turvo, de Itapeva, do Delta do Jacuí e da Quarta Colônia.

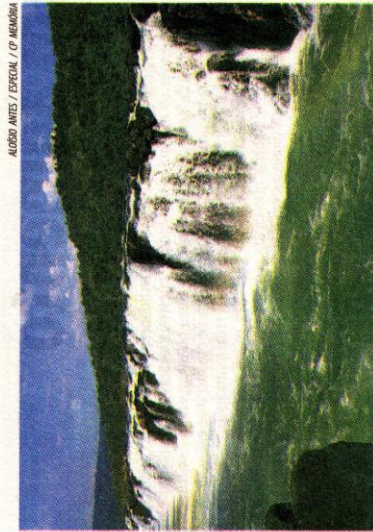
O secretário Berfran Rosado explica que as unidades de conservação são espaços para a proteção aos ecossistemas, para o desenvolvimento de pesquisas, para a prática de educação ambiental e para o turismo ecológico. "Quanto mais a sociedade utiliza e se apropria dos parques estaduais, mais o governo investe neles, que passam a ser instrumentos também de desenvolvimento regional, através do incentivo ao turismo", salientou. O Parque Estadual do Turvo, no município de Derrubadas, receberá R\$ 1,5 milhão para o plano de manejo e obras de infraestrutura. Já o Parque de Itaipuá, localizado em Viçosa, receberá R\$ 2,050 milhões para sinalização e obras de infraestrutura. O maior investimento será para a regularização fundiária do Par-

## Seminário discutirá a qualidade do ar

Idealizado pela Sociedade de Engenharia do RS, por meio da Comissão de Meio Ambiente, será realizada na quarta-feira o 1º Seminário Internacional sobre Qualidade e Monitoramento do Ar. O evento ocorre no Hotel Plaza São Rafael, em Porto Alegre. A atividade é organizada pela Câmara Brasil-Alemanha e conta com o apoio da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e da Fepam.

O coordenador da Comissão de Meio Ambiente da Sociedade de Engenharia, Luis Antonio Borges Germano da Silva, destaca a importância do debate, principalmente em razão do crescimento no número de veículos nos centros urbanos. "A retomada da economia e as medidas de estímulo a compra de veículos, com redução de impostos e ampliação dos prazos de financiamento, estão levando a uma aceleração exponencial da frota em circulação, comprometendo a qualidade do ar que respiramos", alerta.

O seminário reunirá na Capital especialistas da Alemanha, França, do México e do Chile, além do Brasil. Informações e inscrições podem ser obtidas na Câmara Brasil-Alemanha de Porto Alegre, pelo telefone (51) 3222-5766.



ALDORE AMES / EBCOM / CP MARIANA

O Salto Yucumã, na divisa RS/SC, paisagem única no Parque Estadual do Turvo

que Estadual do Tainhas, situado nos municípios de São Francisco de Paula, Jaquirana e Cambará do Sul, que receberá R\$ 6 milhões.

Nos últimos dez anos, a secretaria investiu R\$ 17,5 milhões nas unidades de conservação, sendo que no ano passado se concentraram os maiores investimentos: R\$ 16 milhões. Com esses recursos, foi possível melhorar a infraestrutura dos parques, adquirir veículos, melhorar a sinalização, além de realizar a regularização fundiária e contratar planos de manejo. A Sema administra 23 unidades de conservação, 1% do território de áreas protegidas no RS.

squ